



Sem compromisso solidário  
não há futuro para as IPSS



É fundamental criar  
uma entidade reguladora  
do Sector Social



PORTO  
Festival de teatro da APPC  
apostou na inovação  
no «Extremus 2019»



ALBERGARIA-A-VELHA  
VII Olimpíadas Seniores  
batem novo recorde com  
1.300 participantes



ALBUFEIRA  
Centro Paroquial de Paderne  
afirma-se na primeira  
infância e na «última infância»





**José Leirião**  
Membro da CNIS



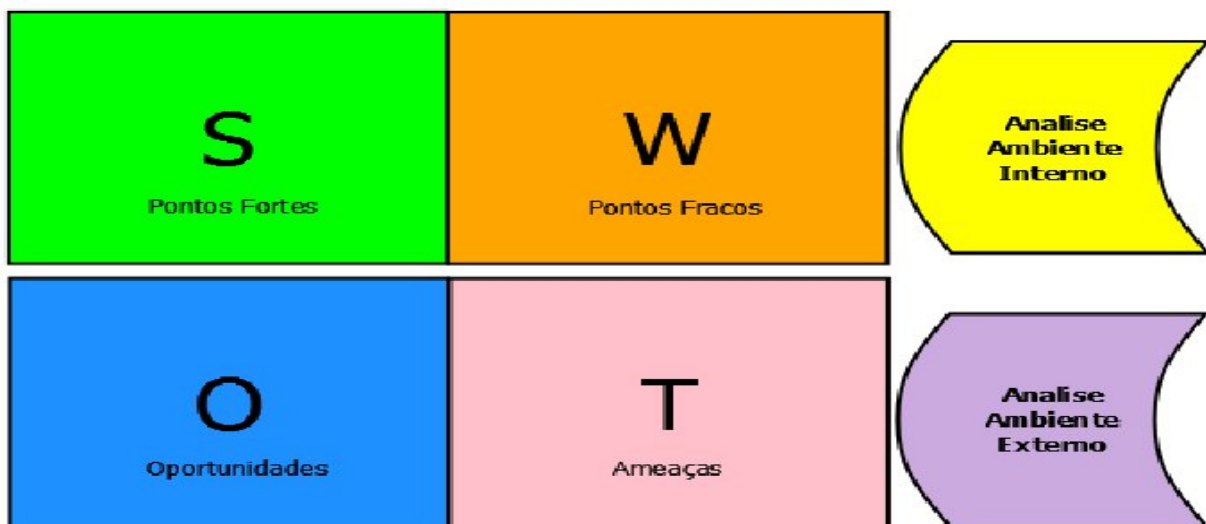
## Antecipar, Antecipar sempre... Evitar surpresas...

Tomando como referência um dos Princípios fundamentais da gestão das organizações: **NÃO HÁ SURPRESAS**, permite interrogar: Então, como interpretar o impulso da mudança para identificar a acção consequente?

Como sabemos, o Novo não nasce por geração espontânea, tem de ser criado, fortalecido, até surgir como inovação. Em geral, na vida não há descontinuidades, dado que é muito difícil determinar quando algo começa ou quando acaba. No entanto, se estivermos atentos, poderemos observar alguns sinais de uma mudança, alteração ou transformação que se avizinha alterando o estado das coisas. Em 1975, estes sinais foram apelidados pelo matemático Igor Ansoff de **'sinais fracos'** chamando à atenção para a necessidade de **os detectar precocemente**, afim de evitar o aparecimento de surpresas com funestas consequências.

Os sinais são críticos para as decisões pela informação pertinente que revelam, são uma evidência prévia, uma indicação preliminar que a sua análise permite, mas este potencial não surge automaticamente, também não basta compreender a mensagem, eles são, efectivamente, uma evidência prévia dum futuro próximo.

O valor de um sinal fraco precisa de ser bem compreendido antes de ser comunicado e integrado num processo decisional para permitir a antecipação dos acontecimentos, a identificação das suas consequências e a definição das respostas adequadas, em tempo útil.



Para se identificar os sinais é crucial a Organização realizar uma análise **SWOT**, isto é, uma **análise interna** (dos pontos fortes e pontos fracos da Organização) e **externa** (oportunidades e ameaças) para conhecer bem o nível das sua capacitação e competências e o meio ambiente externo que a envolve e, assim, construir condições para tomar as medidas adequadas. Paralelamente, deve ser efectuada uma análise PESTE (Política, Económica, Social, Tecnológica e Ambiental) e conseguir assim uma base alargada de informação. Para isto, a organização deve apetrechar-se com os recursos humanos e tecnológicos adequados, (no caso das IPSS, no mínimo, assessoria jurídica,

contabilística, fiscal, resumo de notícias diárias pertinentes) e planeamento estratégico. O conhecimento e acção adequada consequente vai permitir assegurar a sustentabilidade no curto, médio e longo prazo, organizando também para o efeito o 'índice de sustentabilidade empresarial' (adaptado às IPSS).

Os sinais percebidos em resultado destas análises vai conduzir-nos à compreensão desses sinais e identificar as mudanças que irão ocorrer brevemente, conduzindo **à antecipação atempada e adequada das mudanças em curso**, permitindo assim às Organizações (empresas, IPSS, etc.) preparar-se convenientemente e **evitar surpresas**.

### PORTAL DAS MATRÍCULAS

## CNIS aconselha instituições a não fazer registos

Ao tomar conhecimento do ofício enviado, a 8 de abril de 2019, pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) às instituições com Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, informando da necessidade de registo das matrículas e renovações de matrículas no respetivo portal, a CNIS contactou, de imediato, o Ministério da Educação no sentido de esclarecer esta obrigatoriedade.

No ano letivo passado, aquando do pedido para o Recenseamento Escolar, a CNIS já havia levado este assunto ao Grupo de

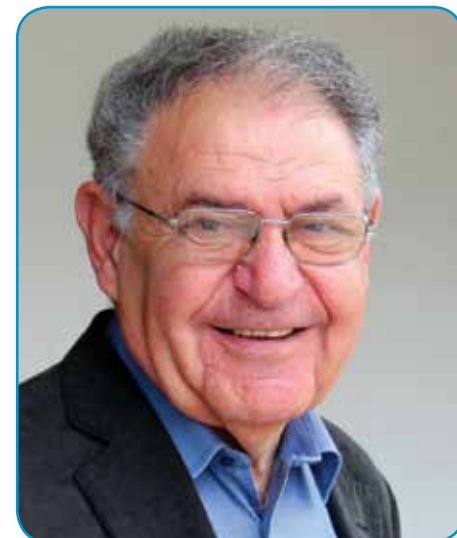
Trabalho em funções no âmbito da Educação Pré-Escolar, tendo ficado definida a necessidade de uma articulação prévia a estes pedidos com as entidades representativas da Rede Solidária, o que não se verificou.

Apesar da insistência já realizada, até ao momento, a CNIS ainda não obteve o esclarecimento solicitado, pelo que informa todas as associadas que não devem proceder a qualquer registo no Portal das Matrículas até orientação em contrário.

Esta tomada de posição será dada a conhecer ao Ministério da Educação.



**Padre Lino Maia**  
Presidente da CNIS



## SEMINÁRIO - CONCLUSÕES

# Garantir os valores com sustentabilidade

**1.** Há um quadro de valores comum às Instituições, sendo a sua ação consubstanciada por esta inter-relação: capilaridade, caridade, comunidade, gratuidade, lealdade, proximidade, solidariedade e subsidiariedade. A dimensão humana, de cidadania, de utilidade social e económica, bem como a capilaridade territorial e a proximidade às pessoas, aliada à capacidade agregadora de interesses diversos, de mobilização, de inovação e espírito empreendedor são características que fazem com que cada instituição seja insubstituível e necessária ao crescimento económico e sustentável, estando ao serviço das pessoas, adequando as respostas às suas necessidades e expectativas.

De acordo com a Carta Social (2017) as IPSS têm equipamentos para crianças e pessoas idosas em 70,76% do número total de freguesias do continente, sendo as únicas entidades com estas respostas em 27,16% das freguesias. Números que demonstram esta proximidade e que fortalecem a importância da Solidariedade, assente na responsabilidade recíproca entre os elementos de uma comunidade, reforçando os laços sociais que os unem em prol do bem comum na realização das finalidades da cooperação: uma resposta equilibrada aos problemas sociais, assente na complementaridade entre a responsabilidade do Estado e a iniciativa da sociedade civil; traduzida num compromisso entre o Estado e as instituições na adoção de decisões que garantam uma proteção social adequada, eficaz e próxima dos cidadãos, atendendo ao respetivo nível de intervenção. Sempre numa perspetiva de equilíbrio e respeito pela autonomia e identidade das Instituições e na aceitação de que, salvaguardado o cumprimento da legislação aplicável, exercem as suas atividades por direito próprio e inspiradas no respetivo quadro axiológico, previsto já em 1996 no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social. A lei assegura a liberdade e a autonomia das Instituições. A Cooperação, entre o Estado e o Setor Social e Solidário, consiste na relação de parceria e lealdade estabelecida com o objetivo de desenvolver um modelo de contratualização assente na partilha de objetivos e interesses comuns, bem como na repartição de obrigações e responsabilidades (DL n.º 120/2015, 30 de junho).

**2.** No âmbito económico e social incumbe prioritariamente ao Estado promover o aumento do bem-estar social e económico e da

qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável (art.º 81 da Constituição).

Se as Instituições surgem da iniciativa da comunidade para responder às suas necessidades e para a prestação de bens e serviços que garantam a efetivação dos seus direitos sociais e de cidadania, o Estado é corresponsável pela sua sustentabilidade, na medida em que as instituições são o instrumento do Estado na proteção social.

Neste quadro, enquanto importantes agentes de desenvolvimento, pensando global para agir localmente, numa perspetiva de trabalho em rede e de cooperação, as Instituições contam, igualmente, com a participação e o papel ativo de todas as organizações/entidades, pessoas – trabalhadores, utentes e famílias – e da própria comunidade, numa perspetiva de colaboração mútua, para a conceção, planificação, execução e avaliação da sua intervenção, com um verdadeiro envolvimento e comprometimento de todos.

**3.** As Instituições enfrentam constrangimentos que poderão colocar em causa a sua sustentabilidade, e que resultam, nomeadamente: do modo de criação das IPSS – nascem da “boa vontade” da comunidade, mas sem capital próprio, criando dívida logo no seu surgimento; do primado das pessoas em situação económica e social mais vulnerável – atendendo sempre às suas necessidades e desenvolvendo respostas sociais mais cada vez mais completas. As respostas sociais com crescente importância junto da população estão, por seu lado, a ser um fator de insustentabilidade para as Instituições. Simultaneamente, o modelo de gestão assente em direções voluntárias, muitas vezes, com menor facilidade para acompanhamento do funcionamento da IPSS e da eficácia da sua gestão e os elevados custos de funcionamento para o cumprimento das obrigações legais – muitas destas Instituições nascem em edifícios da comunidade, cedidos por entidades e parceiros, não correspondendo a sua estrutura e organização às exigências ao nível das condições de instalações e funcionamento dos equipamentos sociais, criam grandes constrangimentos à capacidade de responder, em conformidade, sendo que, pela sua natureza em acolher, prioritariamente aos mais vulneráveis, a estrutura

de rendimentos não permite, muitas vezes, gerar receita suficiente para cobrir os custos de funcionamento. Em paralelo, inevitavelmente, as Instituições sentem uma grande influência da conjuntura política e ideológica, existindo grande volatilidade fruto dos ciclos políticos com efeitos no seu próprio modelo de gestão.

Por outro lado, e tendo um papel primordial no desenvolvimento social e local, as Instituições têm grandes desafios, como que reptos, que lhes permitirão, hoje e no futuro, consolidar a sua presença e caráter indispensável nas sociedades. Desde logo fruto da evolução tecnológica, criando constantes estímulos, nomeadamente ao nível da capacitação da organização e da sua estrutura, física e humana, com uma grande necessidade de formação dos seus trabalhadores e dirigentes. Dirigentes aos quais são exigidas competências de gestão, pela missão que assumem. As boas práticas de gestão são, e devem ser, um importante mote para a partilha, interação e articulação interinstitucional. O apoio de proximidade deve ser alicerçado no reforço da articulação existente entre as entidades locais (nomeadamente, poder local, serviços de saúde e educação, instituições do setor social e solidário) com o objetivo de concertar estratégias e esforços para o desenvolvimento do território e a promoção dos direitos dos cidadãos.

Desafios que passam também pela diferenciação pela qualidade dos serviços prestados, promovendo a eficácia e eficiência interna e pela adoção de novos modelos de organização e financiamento, que, sem perder o foco na sua missão, criam novas fontes que permitam, em simultâneo, responder às necessidades da comunidade onde se encontram inseridas e viabilizar o seu funcionamento, enquanto tal se apresentar como necessário.

Uma tripla perspetiva da sustentabilidade: social, pelo impacto da sua ação na comunidade e o contributo para o desenvolvimento local, ambiental, baseada numa gestão adequada dos seus recursos, nomeadamente com a implementação de boas práticas de eficiência energética e, naturalmente, económica, da Instituição, da comunidade e do próprio país pelo reforço do contributo deste setor para o PIB.

Pese embora a grandiosidade destes desafios, o setor social e solidário tem em si próprio todas as condições para os superar, desde que o Estado assuma as suas responsabilidades.



DIREÇÃO DA CNIS REUNIU COM IPSS DE BEJA

# Constituição da União Distrital vai finalmente avançar

Sendo Beja o único distrito que não está organizado numa União Distrital de IPSS, a Direção da CNIS decidiu realizar um encontro com as instituições da região alentejana no sentido de incentivar a criação da estrutura que, à semelhança do resto do país, faz a ligação entre as associadas de base e a Confederação.

Até ao momento, tem sido o padre Manuel Reis que tem assegurado a representação e ligação das IPSS do distrito com os órgãos da CNIS, mas perante o seu pedido para deixar de exercer tais funções, torna-se premente a criação da UDIPSS Beja, para que as instituições locais possam receber um melhor e maior apoio da estrutura nacional.

“Era bom começar uma nova fase aqui no distrito de Beja, pois todos os distritos têm uma União Distrital que representa as IPSS junto da CNIS menos o de Beja”, sublinhou o padre Lino Maia, presidente da CNIS.

Por seu turno, Macário Correia, tesoureiro da Confederação, depois de explicar o funcionamento da CNIS com as Uniões Distritais, lembrou que “a CNIS não impõe nada, as instituições é que decidem” que caminho querem seguir, realçando que “a CNIS apoia o processo de formação da Comissão Instaladora”, dando o apoio necessário na constituição da União Distrital, se essa fosse a vontade das IPSS.

Os representantes das instituições do distrito presentes no encontro deram conta da necessidade que sentem em ter uma maior proximidade com a CNIS, pelo que o processo parece, finalmente, ter pernas para andar.

“Sentimos essa necessidade e, por vezes, sentimos a falta de rede, pois não temos a quem recorrer”, disse um dos presentes, ao que outro acrescentou: “Sentimos necessidade de uma estrutura que nos apoie a ultrapassar dificuldades e com quem possamos dialogar. Não é difícil criar uma União Distrital, mas é necessário que depois funcione”.

Um outro participante sublinhou o sentimento de “vazio em relação à CNIS, pelo que a criação de uma União Distrital seria facilitadora”, deixando, por fim, um desafio: “O distrito de Beja deve unir-se”.

Perante tão grande coincidência de posições face à necessidade de instituir a União Distrital no único distrito que não tem este tipo de representação, ficou, então, decidido constituir uma Comissão Instaladora que agora dará, com o apoio da CNIS, os passos necessários para formalizar a UDIPSS Beja.

Cinco representantes de instituições de Beja disponibilizaram-se voluntariamente para integrar a Comissão Instaladora, a saber: Vítor Igreja (Associação escola Aberta), Conceição Casanova (Fundação Manuel Gerardo), José Baguinha (Centro Social Bairro da Esperança), Raquel



veloso (Centro Social Paroquial S. Salvador) e Nuno Farinha (Cáritas Diocesana de Beja).

Encerrado o primeiro ponto a tratar no encontro de Beja, seguiu-se uma abordagem à Cooperação, numa altura em que em que decorriam (e ainda decorrem) as negociações para o Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2019-2020.

A Direção da CNIS quis ouvir as instituições de Beja e recolher informações para levar para as negociações.

Da parte das instituições do distrito de Beja foram referidas diversas matérias que constituem constrangimentos, geram dúvidas e que colocam novos desafios às instituições.

As baixas mensalidades na área da infância, a contratação coletiva, a atualização das participações da Segurança Social, os problemas com os recursos humanos e, especificamente, o peso que têm nos custos das instituições com Lares de Infância e Juventude (LIJ), as revisões dos acordos de cooperação em baixa, as novas problemáticas das crianças e jovens a nível de saúde mental ou a contabilização do tempo de serviço dos educadores de infância em creche foram algumas das questões levantadas e que os representantes da CNIS presentes tomaram nota e deram alguns esclarecimentos.

Num desses esclarecimentos, Filomena Bordalo, assessora da Direção da CNIS, lembrou que “a cobertura da comparticipação da Segurança Social cobre muito pouco dos custos médios das respostas sociais”, dando três exemplos clarificadores: “Se nos LIJ a cobertura

é de 55%, já no Centro de Dia e no Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), que são duas respostas deficitárias, a cobertura é, respetivamente, de 28% e 25%”.

Por seu turno, o padre Lino Maia sublinhou que “o país não é todo igual e é preciso introduzir um fator de correção”, pois “o modelo atual serve, mas é necessária uma medida compensatória para as instituições que estão em territórios desfavorecidos”.

Uma outra questão levantada pelos participantes no encontro foi a da transferência de competências para as autarquias e em que medida isso poderá mexer com o trabalho das IPSS.

O padre Lino Maia tentou de alguma forma desmistificar os perigos de tal processo, começando por dizer que “a transferência de competências para as autarquias não terá grande implicação com as IPSS”.

Para o líder da CNIS, “o Estado ao assinar o Pacto de Cooperação, em 1996, e ao transferir o pouco que tinha assume que as IPSS são o instrumento do Estado na proteção social”, pois “não tendo meios nem competência própria vai utilizando as instituições”, até porque “este modelo é eficaz e fica mais barato ao Estado”.

E para que os responsáveis das IPSS ficassem mais descansados afirmou que “o que é ação social direta são as IPSS que fazem e têm que continuar a fazer”.

Aguarda-se agora pela assinatura do Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2019-2020, que deve acontecer por meados do corrente mês de junho.



COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO 2019-2020

# Conselho Geral da CNIS fez ponto da situação do momento negocial

O Conselho Geral da CNIS reuniu numa sessão extraordinária com um único ponto na ordem de trabalhos: “Compromisso de Cooperação de 2019-2020”.

Estando numa fase adiantada e ainda em curso as negociações para a definição do Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2019-2020, a Direção da CNIS considerou “oportuno”, antes da conclusão das conversas com o Governo, ouvir os conselheiros, dando-lhes nota de alguns pontos em cima da mesa.

Inicialmente, os conselheiros foram informados do ponto da situação negocial, tomando conhecimento daquilo que já está consensualizado e ainda das matérias em debate e em busca de compromisso.

Por isso mesmo, a Direção da CNIS quis também recolher orientações junto das Uniãos Distritais e das Federações associadas, com os diversos conselheiros a darem nota dos principais constrangimentos que enfrentam as IPSS dos seus territórios e de algumas matérias que gostavam de ver refletidas no Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2019-2020.

Nota ainda para o facto de, neste início de junho, ter finalmente reunido a Comissão Nacional de Cooperação, naquela que foi a primeira reunião do ano, quando o calendário prevê uma reunião por trimestre. No entanto, e depois de arrancada a ferros, a reunião deu poucos ou nenhuns resultados.



UNIÃO REGIONAL DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DOS AÇORES

## Comitiva da CNIS levou iniciativa «Refletir, Construir e Partilhar» até à Ilha Terceira

Nos passados dias 20 e 21 de maio, uma equipa da CNIS – constituída por um membro da Direção, padre José Baptista, um assessor da Direção, Henrique Rodrigues, e um elemento do departamento técnico, Patrícia Monteiro – deslocou-se à Ilha Terceira, onde está sediada a URIPSSA (União Regional das Instituições de Solidariedade Social dos Açores) para a realização da primeira iniciativa da ação «Refletir, Construir e Partilhar», inscrita no Plano de Ação 2019.

A sessão sobre o tema «Refletir sobre o papel das IPSS no apoio à comunidade mais necessitada, construir uma sociedade mais solidária e partilhar o conhecimento e a experiência, sempre com o propósito de uma solidariedade sustentável», realizou-se no Angra Marina Hotel e contou com as Intervenções de João Canedo, presidente da URIPSSA, do padre José Baptista, vogal da Direção da CNIS, e ainda de Henrique Rodrigues, assessor jurídico da direção da

CNIS, que procurou partilhar conhecimento sobre a forma de relacionamento entre o Governo e as instituições sociais, o seu modo de funcionamento, a identificação de semelhanças e de diferenças e a tentativa de perceber qual o papel destas no modo de organização social e na proteção social dos direitos de cidadania das pessoas que vivem na comunidade.

Refira-se que a ação «Refletir, Construir e Partilhar» é uma iniciativa que ainda terá mais duas sessões, desta feita no território continental, estando por agendar as sessões a realizar nas regiões Centro e Sul.

A deslocação teve ainda como objetivos conhecer a realidade regional quanto às características da Cooperação e o modo de relacionamento entre as entidades do Governo Regional, a URIPSSA e as IPSS, que, à semelhança da Região Autónoma da Madeira, é bastante diferente da Cooperação que existe em Portugal

continental.

Por outro lado, a viagem de trabalho aos Açores serviu ainda para identificar os sucessos e boas práticas das associadas insulares, assim como as suas principais dificuldades e constrangimentos.

A comitiva da CNIS foi ainda recebida na Secretaria Regional da Segurança Social e no Instituto de Segurança Social dos Açores (ISSA), onde realizou reuniões de trabalho, nas quais foi possível verificar a proximidade e o bom relacionamento entre estas entidades do Estado e a instituições do Sector Social Solidário.

Antes da partida para o Continente, a equipa da CNIS visitou ainda duas instituições associadas, uma com respostas nas áreas da infância, família e comunidade e outra mais vocacionada para a população adulta e idosa, onde foi possível conhecer um pouco melhor o trabalho que desenvolvem junto das comunidades.



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS LAMEIRAS, VILA NOVA DE FAMALICÃO

# Debate sobre a integração da comunidade cigana inaugurou celebrações dos 35 anos

A Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão recebeu o primeiro debate sobre a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC).

Esta foi a forma escolhida pela Associação de Moradores das lameiras (AML) para dar início às celebrações dos seus 35 anos ao serviço da comunidade, sempre na procura de dar espaço às minorias étnicas, neste caso, à comunidade cigana.

“Foi um percurso que fizemos e em que há 35 anos éramos vistos, no meio de um turbilhão de pessoas vindas de todos os lados, com desconfiança, como desconhecidos, independentemente da situação social de cada um, para nos tornarmos hoje numa mais-valia da sociedade”, sustentou Jorge Faria, presidente da AML.

O encontro, destinado a técnicos e dirigentes, versou “A Integração da Comunidade Cigana no concelho de Vila Nova de Famalicão” e teve um painel de oradores formado por diversas personalidades de renome no que toca ao trabalho de integração das pessoas em situação de exclusão.

No primeiro painel, moderado por Joana Gomes, do Agrupamento de Escolas D. Sancho I, Berill Baranyai e Francisco Azul, ambos em representação do Alto Comissariado para as Migrações, fizeram a apresentação da ENICC.

Francisco Azul, “um português, cigano”, como ele se identificou, está a concluir a licenciatura em serviço social e durante o debate, em resposta às perguntas da plateia, salientou alguns aspetos relevantes, entre os quais, “que os comportamentos de *gueto*, a violência, a criminalidade, devem ser vistos como tal, comportamentos de *gueto*, e não como comportamentos do cigano”. Para Francisco Azul, pessoas diferentes em situações iguais teriam a mesma probabilidade de apresentar os mesmos comportamentos. E, quando questionado sobre o que era ser cigano, «ajudado» pela plateia, definiu-se “ser pessoa, como outra qualquer” e que o ser cigano é como “um estado de espírito, uma forma de estar na vida como outra qualquer”.

O segundo painel, moderado por José Maria Carneiro Costa, focou-se nas experiências práticas, quer a nível nacional, quer local, e teve como oradores Maria José Vicente, representante da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), Ricardo Ribeiro, técnico da Associação de Moradores das Lameiras, e Tânia Oliveira, coordenadora do Projeto Eurobairro E7G (Programa Escolhas), em representação da PASEC.

Neste segundo painel partilharam-se experiências de terreno e de boas práticas, com destaque para a especialização em intervenção com comunidades ciganas e a experiência de terreno da representante da EAPN, que frisou a importância do trabalho no que concerne ao combate dos estereótipos criados pela sociedade. Destaque também para a apresentação,



numa linha do tempo, do trabalho da AML no que concerne à integração da pessoa nos últimos 35 anos, no concelho de Famalicão.

A experiência de terreno do Projeto Eurobairro E7G, que atua também nos bairros sociais, com uma série de iniciativas promotoras do bom desenvolvimento e prevenção dos comportamentos desviantes, concluiu a intervenção deste painel.

O presidente da AML agradeceu a elevada participação no encontro, destacou o trabalho feito pela associação ao longo destes 35 anos, ressaltando que, quando se “fala de integração na sociedade ou na comunidade, a nossa instituição é um bom exemplo”.

Jorge Faria afirmou ainda que o trabalho desenvolvido na AML “demonstra que a comunidade cigana das Lameiras está bem integrada”, referindo ainda que a integração não passa apenas pela vontade de mudar das pessoas que vivem em situações de exclusão social ou dos técnicos, mas que todos devem estar envolvidos nesse processo, pois a “comunidade majoritária não pode esquecer as diferenças”.

José Maria Costa, presidente da Assembleia Geral da AML, encerrou os trabalhos, salientando o valor dos pequenos grupos como uma mais-valia na dinâmica e identificação dos problemas, dando a oportunidade de cada um ser protagonista do desenvolvimento local.



## ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE COIMBRA

# «Coimbra a Brincar» transformou a cidade num imenso recreio

Uma vez mais, milhares de pessoas juntaram-se este ano à Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) e aos seus parceiros na grande festa que sempre é o «Coimbra a Brincar», o grande evento oferecido à cidade e que celebra o brincar intergeracional.

Com um primeiro dia (26 de maio) mais dedicado aos grupos familiares e de amigos e um segundo (dia 28) dirigido a grupos escolares, a edição de 2019 do «Coimbra a Brincar» voltou a ser o grande ponto de encontro de todos os que quiseram entrar na brincadeira.

Do programa fizeram parte novidades como o slackline (um desporto de equilíbrio sobre uma fita elástica), ateliês de língua gestual para bebés ou ainda sessões de estimulação sensorial, mas

também estiveram de volta alguns clássicos da iniciativa da APCC, como os jogos ampliados, os passeios a cavalo ou as cantigas e as danças, bem como algumas novidades dos últimos anos que fizeram grande sucesso: o bubble football, o Stand Up Paddle ou o yoga.

A maior parte das atividades – e todas foram completamente gratuitas – esteve concentrada na margem esquerda do Parque Verde, embora várias outras tenham decorrido noutros pontos da cidade de Coimbra, como vem sendo habitual ao longo dos anos.

O «Coimbra a Brincar» foi organizado pela primeira vez em 2013 e, tendo vindo a crescer no número de atividades, participantes, parceiros e patrocinadores, mantendo-se fiel ao seu propósito



inicial de divulgar o brincar enquanto fonte de prazer, alegria e aprendizagem essencial ao desenvolvimento, assim como à saúde física e mental.

## CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

## Unidade hoteleira contribui para sustentabilidade da instituição

O «ComVida Quiaios», propriedade da Cáritas Diocesana de Coimbra, alcançou a classificação de Hotel de 3 Estrelas, atribuída pelo Turismo de Portugal.

A vertente social é, sem dúvida, um dos pilares diferenciadores deste empreendimento turístico e fomentadores da sua existência. Ao escolherem o Hotel ComVida Quiaios para as suas férias, fins-de-semana em família, retiros ou eventos empresariais, as pessoas sabem que esta opção tem um duplo sentido: o seu bem-estar e a sustentabilidade de respostas/projetos sociais da Cáritas de Coimbra.

Situado na Praia de Quiaios, na Figueira da Foz, o hotel dispõe de um serviço integrado de alojamento (22 quartos), salas de reuniões/congressos, salas de estar, áreas desportivas, ginásio, biblioteca e serviço de refeições. O minigolfe e a disponibilização de bicicletas são outras das propostas de lazer que o hotel, com uma área total de quase 9000m<sup>2</sup>, oferece.

É o espaço ideal para reuniões, conferências, festas/eventos temáticos, team building, convívios, retiros, batizados ou aniversários, e através de parcerias, pode proporcionar um conjunto de atividades de animação e lazer para famílias ou empresas.

O «ComVida Quiaios» é o culminar de um processo de remodelação, concluído em 2011, que transformou um equipamento para colónias de férias da Cáritas de Coimbra (Centro Social Santo António) num interessante projeto de empreendedorismo e inovação social mais ajustado à procura atual.

Pioneiro na região Centro e um dos primeiros do país, este projeto de Turismo Social teve como objetivos principais preencher as necessidades de alojamento na região e disponibilizar uma oferta turística a preços acessíveis, ao mesmo tempo que contribui para a sustentabilidade dos projetos da instituição.

## ENGENHO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO VALE DO ESTE, VILA NOVA DE FAMALICÃO

## Dia de festa serviu para reafirmar o rumo e lançar novos desafios

A Festa Comunitária da Engenho – Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este, realizada em Arnoso Santa Maria, foi um momento intensamente participado por toda a família da instituição, dirigentes que serviram a Associação ao longo dos anos, colaboradores, utentes, autarcas, associados, amigos e comunidade.

Orgulhoso pelo trabalho que a Engenho vem desenvolvendo ao longo dos anos, Manuel Araújo, presidente da Direção, aproveitou para enaltecer o empenho e o contributo de todos, com uma palavra de reconhecimento e de apreço para o “sentido de pertença, a dedicação, o zelo e o profissionalismo das colaboradoras e dos colaboradores da Associação”.

Tendo sempre como prioritário assegurar a sustentabilidade da instituição, o presidente da Direção defendeu que a instituição, nunca perdendo a sua “matriz fundacional e o seu compromisso”, deverá contribuir ainda mais para “catapultar as comunidades que serve e o seu território para

níveis mais altos de desenvolvimento”.

Para o efeito, e ainda segundo Manuel Araújo, será delineada uma estratégia com base em protocolos e formas de cooperação com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, diferentes organizações, institutos, centros de investigação e universidades para que as comunidades e o território da Engenho sejam “campo de estudo, de intervenção multidisciplinar, de valorização e de promoção”, tendo em conta os seus recursos e potenciais, pois quer que o Vale do Este se afirme com suas “marcas identitárias e especificidades” no município, acrescentou este dirigente associativo.

Neste contexto, o presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Paulo Cunha, defendeu que a Engenho pela sua “natureza única, dinâmica, obra feita, capacidade interventora e visão” é, e será sempre, “um parceiro privilegiado” na implementação e operacionalização de medidas e políticas multisectoriais do município para o desenvolvimento integrado e integrador



das comunidades e território que a instituição vem servindo.

A celebração contou ainda com a atuação da Banda Marcial de Arnoso, que se associou à festa interpretando o Hino da Engenho, criado e composto no âmbito das comemorações dos 25 anos da Associação e que foi interpretado pela cantora Joana Couto.



CEDIARA, ALBERGARIA-A-VELHA

## VII Olimpíadas Seniores reuniram 1.300 idosos em torno do desporto

A sétima edição das Olimpíadas Seniores da Cediara – Associação de Solidariedade Social de Ribeira de Fráguas, concelho de Albergaria-a-Velha, foi mais um retumbante sucesso, com novo recorde de participação.

No Gimnódromo da Telhadela, 1.300 idosos, oriundos de 60 instituições de todo o país, tiveram um dia bem diferente, participando em diversos jogos e convivendo ao longo de todo o dia.

“Sinto uma grande satisfação por ver este entusiasmo, especialmente, dos participantes e perceber que, ano após ano, a adesão tem aumentado e este ano tivemos um novo recorde de participação, com 1.300 idosos oriundos de 60 instituições. É muito positivo”, começou por dizer Susana Henriques, diretora técnica da Cediara e grande mentora da iniciativa, que sublinhou ainda ser “muito positivo ver esta tomada de consciência por parte das instituições com respostas na área da terceira idade de que é fundamental adequar as atividades ao bem-estar dos utentes”.

Para Susana Henriques, “este tipo de iniciativas é muito positivo e passa por esta aproximação das instituições e pelo convívio, pelo que estes momentos saudáveis são essenciais”.

A estrela maior das VII Olimpíadas Seniores foi Rosa Mota, por todos reconhecida e por todos solicitada para uma breve troca de palavras e, obviamente, a foto da praxe.

Para a antiga campeã olímpica da maratona, “vale a pena fazer estas coisas só para ver a alegria das pessoas, pois mesmo aqueles que estão em cadeiras de rodas se tentam mexer e isso é importante”.

“É fundamental as pessoas sentirem-se úteis e saberem que há quem se preocupe com elas. Penso que é muito importante conseguirmos transmitir isto a outras pessoas idosas, pois a idade não é uma barreira para as pessoas terem atividade física e estarem em boas condições físicas. Mas o que se vê mais nesta iniciativa é a grande alegria de toda a gente”, sustentou Rosa Mota, acrescentando: “O convívio é ótimo. Começa logo por saírem dos seus locais habituais, e está aí gente de todos os pontos do país, o que se transforma logo num dia diferente. Para além dos jogos, trazem o almoço e fazem aqui uma espécie de piquenique. E depois disto penso que eles vão todos querer estar em boa forma para que no próximo ano estejam em melhor forma na competição”.

Em termos competitivos, uma vez mais, houve sete provas, com a introdução de alguns jogos novos.

“O convívio é o mais proveitoso, fruto desta proximidade que se vai criando, mas este ano também tentámos adaptar os jogos na perspetiva multidimensional, ou seja, não nos focámos só a parte motora, muito embora seja a que tem mais destaque, mas os jogos reúnem um conjunto de exercícios que possibilitam o treino das quatro áreas: motora, cognitiva, sensorial e, claro, a social, pela interação e momentos de convívio”, explicou Susana Henriques.

Assim, as provas a concurso e os vencedores foram: Mobilidade UP - Centro Social, Cultural



e Recreativo da Poutena (1º lugar), Cediara (2º) e Santa Casa da Misericórdia de Espinho (3º); Percurso de Obstáculos - Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Penafiel (1º), Seniores Mais Ativos - Penafiel (2º) e Câmara Municipal de Valongo (3º); Bola ao Poste - Santa Casa da Misericórdia de Meda (1º), Lar Santa Maria de Aguiar (2º) e Universidade Sénior da Junta de Freguesia da Carregueira (3º); Taco a Taco - Seniores Mais Ativos - Penafiel (1º), Cediara (2º) e Santa Casa da Misericórdia de Penafiel (3º); Curling Adaptado - Cediara (1º), Câmara Municipal de Valongo (2º) e Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Penafiel (3º); Turfe Adaptado - Santa Casa da Misericórdia de Meda (1º), Associação de Apoio Social de Perafita (2º) e Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Penafiel (3º); Boccia - Seniores Mais Ativos - Penafiel (1º), Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara

Municipal de Penafiel (2º) e Câmara Municipal de Valongo (3º).

Para Rosa Mota são iniciativas destas que “dão mais anos à vida”.

“É muito bom ver que os anos vão passando, mas com qualidade e eles estão a fazer por isso. Não com sacrifício, mas com prazer, como se vê nas caras dos idosos, mas também dos técnicos e dos professores que realizam esta iniciativa com grande alegria e dedicação. Nós vamos para lá e também queremos ter este apoio, porque ninguém quer estar sozinho. A solidão é horrível e é uma doença que não se cura a não ser com este carinho e estas atividades”.

Como referiu no final Susana Henriques, “haja apoios” e para o ano as Olimpíadas Seniores da Cediara estarão de volta.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**



ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

# Festival internacional de teatro «Extremus» apostou na inovação e na provocação

Alguns dos principais palcos do Grande Porto receberam, entre 4 e 18 de maio, mais uma edição do «Extremus – Festival Internacional de Expressões na Música, Dança e Teatro».

O evento é da responsabilidade da companhia «Era uma vez... Teatro», da Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) e contou um total de 21 atividades (entre peças de teatro, música, workshop, dança e conferências).

A 16ª edição do festival de teatro «Extremus», que decorreu no passado mês de maio, ficou marcado pela inovação e pela aposta em atividades complementares à arte de representar de (e para) pessoas com deficiência.

Um «workshop» serviu para contrariar a ideia de que “para a deficiência qualquer coisa serve” e a conferência «Arte Inclusiva para ocupar ou desocupar» foram os grandes destaques do festival internacional que teve o seu final na Biblioteca Municipal de Gondomar.

Mónica Cunha, coordenadora artística do «Extremus», é linear quando se refere ao teatro inclusivo: “Temos que desmistificar junto dos profissionais da área da cenografia e do público em geral a ideia de que um grupo de teatro amador (com atores com ou sem deficiência) tem menos competências ou qualidades que os ‘ditos’ grupos normais”.

Para a coordenadora artística, o propósito é que “o Festival sirva para alertar, mexer com as consciências, pôr a pensar e dar a conhecer o trabalho das instituições e não só”, acrescentando: “Muito se faz de arte inclusiva em Portugal, mas às vezes fechamo-nos nas nossas capelas e não temos o cuidado de profissionalizar. E há profissionais disponíveis para colaborar e há muitos trabalhos bons e com qualidade”.

O Centro de Reabilitação da APPC, o Armazém 22 (Vila Nova de Gaia), o Auditório da Junta de Freguesia de Campanhã, o Auditório Horácio Marçal (Junta de Freguesia de Paranhos), a Biblioteca Municipal de Gondomar, a Escola Básica e Secundária do Cerco e o Mira Fórum (Porto) foram os locais que acolheram as inúmeras iniciativas do «Extremus 2019».

No total foram 21 iniciativas que preencheram o programa do «Extremus – Festival Internacional de Expressões na Música, Dança e Teatro», levando a palco companhias e grupos de teatro com atores com e sem deficiência. Peças de teatro, música, oficinas, espetáculos de dança e conferências foram as propostas da 16ª edição.

A conferência realizada a 18 de maio – e que teve como mote a “ocupação/desocupação” – serviu ainda de base ao festival.

“Foi uma conferência provocatória. Abrimos o debate sobre o trabalho nas artes inclusivas e defendemos a ideia de que não estamos a fazer isto apenas para ocupar pessoas – ocupar por ocupar!... –, mas porque refletimos, pensamos sobre as coisas, entretemos e difundimos as nossas criações”, defendeu Mónica Cunha.

Nos jardins da Biblioteca Municipal de Gondomar, na noite de 18 de maio, o «Extremus



2019» encerrou em grande com a apresentação de uma coprodução internacional: «Mapatge del quotidià (mapeamento do quotidiano)», da responsabilidade da Companhia Bancantoh, do «Era uma vez... Teatro», da Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) e da Companhia de Artes Performativas «Em Movimento», da APPACDM de Ponte de Lima.

Paralelamente realizou-se o «Extreminhos», um espaço e projeto educativo vocacionado para o público infantil, que este ano apostou na formação e troca de experiências através da realização de vários workshops e da apresentação de peças especificamente delineadas para os mais jovens.

APPC (APPsound e Era uma vez... Teatro), APCC Coimbra (Grupo de Expressão Corporal da URDPPI

e Orquestra Ligados às Máquinas), APPACDM Ponte de Lima (Companhia de Artes Performativas «Em movimento»), APPACDM Santarém (Teatro Fantasia), Grupo Ceeria, CERCIMA (Movimento Danças Aparte), Companhia Bacantoh, Crinabel Teatro, Grupo de Teatro Alguidar e Indy & Trupe foram os grupos que passaram pelos diversos palcos das cidades de Gondomar, Gaia e Porto.

As anteriores 15 edições do festival traduzem-se em 130 espetáculos e na participação de 95 companhias profissionais e amadoras nas áreas de criação em dança, teatro e música de e para pessoas com deficiência.

MARLENE FONSECA/APPC (FOTOS)



## A CULPA É DAS ELITES POLÍTICAS

## Crise das democracias tem que ver com problemas sociais

A crise das democracias em Portugal e na Europa está diretamente relacionada com problemas sociais como o desemprego e a maior responsabilidade é das elites políticas, conclui um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

“Os níveis de desconfiança face às instituições democráticas nacionais e europeias, tal como de insatisfação com a democracia, estão diretamente associados ao aumento do desemprego, dos níveis de pobreza e das desigualdades sociais, assim como aos débeis níveis de desempenho e crescimento da economia”, conclui o estudo sobre Cultura Política e Democracia na Europa do Sul, coordenado pelo professor Tiago Fernandes, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa.

Os autores do documento, que será publicado em livro pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, concluem que “a grande recessão de 2007-2014 gerou uma grave crise social e política nas democracias da Europa do Sul” e “com o decorrente aumento das desigualdades, gerou-se nestes países uma crise democrática, visível no exponencial aumento dos protestos por parte dos cidadãos e no simultâneo decréscimo da

confiança nas instituições”.

“A crise da confiança em Portugal, Espanha, França, Itália e na Grécia está claramente ligada à incapacidade de os governos das democracias nacionais e da União Europeia gerarem prosperidade, emprego e segurança económica para o cidadão comum, nos últimos 30 anos. A era da globalização trouxe, assim, consequências nefastas para a relação dos cidadãos com os regimes democráticos, nesta região”, sublinham.

Outra das conclusões é a de que “a existência de partidos fortes e com fortes ligações a organizações da sociedade civil é um fator decisivo na criação de confiança”.

“Sempre que os partidos políticos forem dotados de estruturas nacionais e locais fortes, a coesão legislativa for elevada, e as suas posições políticas forem claras e programáticas, mais fácil será o estabelecimento de laços duradouros entre os partidos e os cidadãos e, por conseguinte, maior será a confiança nas instituições e no processo democrático em geral”.

Mas, segundo os autores, “não é tanto a participação cidadã autónoma na sociedade civil ou partidos descentralizados e abertos que favorecem os laços de confiança entre cidadãos e

democracia, mas antes a capacidade de os partidos e organizações da sociedade civil estabelecerem alianças políticas e canais de comunicação e colaboração regulares”.

O estudo indica, por outro lado, que a corrupção tem igualmente “efeitos consideráveis” na crise de confiança que afeta as democracias ocidentais.

“O índice de corrupção tem um efeito causal direto na diminuição da confiança dos cidadãos e parece ter-se tornado mais prejudicial para os níveis de confiança na democracia após o advento da crise”, aponta.

Os autores alertam que “quando os atores políticos usam os benefícios dos cargos políticos que ocupam, bem como o acesso privilegiado aos recursos do Estado para fins privados, instala-se uma crise de confiança”.

“Os resultados parecem demonstrar que a responsabilidade da crise das democracias cabe na maior parte dos casos às elites políticas e não às massas”, acentuam.

Por último, os investigadores concluem que “a confiança e o apoio à União Europeia estão positivamente relacionados com o contexto nacional dos países”.



## SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

Gestão e organização integrada de todas as áreas das entidades do setor social com software Líder de Mercado.

Garantia de apoio ao cumprimento das obrigações legais e fiscais.

Controlo mais eficaz e transparente de todos os processos.

Maior rentabilização dos recursos.

Recolha de informação de apoio à tomada de decisão.

+ de 3000 clientes

**OTIMIZE OS PROCESSOS** administrativos e **MELHORE A GESTÃO** estratégica da sua instituição.



|            |               |        |                               |                           |                  |                  |              |                       |                                  |
|------------|---------------|--------|-------------------------------|---------------------------|------------------|------------------|--------------|-----------------------|----------------------------------|
| SALÁRIOS   | UTENTES       | SÓCIOS | PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE  | PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL | CLÍNICA          | BLOCO OPERATÓRIO | INTERNAMENTO | PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA | UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS |
| TESOURARIA | CONTABILIDADE | STOCKS | REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS | APOIO DOMICILIÁRIO        | RECURSOS HUMANOS | IMOBILIZADO      | MAILING      | ESCALAS DE SERVIÇO    | VIATURAS                         |

**REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. ESTÁ PREPARADO?**

CONSULTORIA RGPD | SERVIÇOS DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO

SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO À IMPLEMENTAÇÃO RGPD | FORMAÇÃO RGPD

FALE CONNOSCO



**esocial**

NOVA PLATAFORMA WEB para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.

MODERNIDADE | EFICÁCIA | EFICIÊNCIA | PRODUTIVIDADE





Valpaços



Boticas



Mesão Frio



Sabrosa



Vila Pouca de Aguiar



Chaves

## CHAMA DA SOLIDARIEDADE 2019

### Entusiasmo e grande adesão popular na viagem pelo distrito de Vila Real

A Chama da Solidariedade 2019 percorreu o distrito de Vila Real tendo sido recebida em todas as sedes de concelho que visitou com grande entusiasmo e sempre com grande participação.

Tudo começou em Valpaços, no dia 10 de maio, onde a UDIPSS Setúbal entregou a tocha solidária à sua congénere de Vila Real.

Logo aí ficou dado o sinal da adesão das IPSS locais, da comunidade estudantil, da população e das autarquias, situações que se repetiram em todas as localidades que acolheram a Chama da Solidariedade, nesta 12ª edição da iniciativa que pretende levar o espírito solidário a todos os recantos do território nacional.

De Valpaços, o lume da solidariedade seguiu para Boticas (dia 13), continuou por Mesão Frio (dia 15) e fechou a semana em Sabrosa, no dia seguinte, percorrendo todo o concelho.

Na semana seguinte, em Vila Pouca de Aguiar (dia 20) foi retomado o périplo, prosseguiu em Chaves (dia 22) e terminou a semana em Santa Marta de Penaguião (dia 24). Percursos por várias artérias das três localidades foram acompanhados pelas populações locais de forma entusiástica.

A reta final da viagem pelo distrito transmontano começou no último dia de maio em Montalegre, entrando em junho (dia 2) em Alijó, numa cerimónia integrada na celebração do Dia da Diocese de Vila Real. Aqui nasceria também a Árvore da Solidariedade, onde as diversas IPSS do concelho deixaram, em jeito de frutos, umas pequenas chamas solidárias.

Depois de visitar Mondim de Basto (dia 3) e o Peso da Régua (dia 4), a Chama da Solidariedade chegou a Vila Real (dia 6), onde, no dia seguinte, foi a estrela maior da XIII Festa da Solidariedade.



Santa Marta de Penaguião



Montalegre



Alijó



Mondim de Basto



Peso da Régua



Vila Real



FESTA DA SOLIDARIEDADE 2019

# Vila Real foi a capital do espírito solidário vivido por centenas de crianças, jovens e idosos

Foi logo pela manhã que a Festa da Solidariedade começou a fazer-se sentir no coração da cidade de Vila Real, mais concretamente na Praça Camilo Castelo Branco, que abraça os Paços do Concelho. Enquanto ali ao lado, no edifício que em tempos albergou o Governo Civil, decorria o seminário «Garantir os Valores com Sustentabilidade Financeira – Desafio para as Instituições», centenas de crianças das escolas do 1º Ciclo do concelho vila-realense prestaram homenagem à Chama da Solidariedade, símbolo maior da iniciativa da CNIS.

Tudo começou de manhã, com centenas de crianças das escolas do 1º Ciclo de Vila Real a homenagearem a Chama da Solidariedade, junto da qual deixaram, em jeito de fruto, dezenas de «pequenas chamas solidárias» na Árvore da Solidariedade, que tomou lugar central no palco que acolheria mais tarde as diversas atuações de grupos oriundos de IPSS de diferentes pontos do país e ainda o momento institucional, em que mais uma vez o ministro Vieira da Silva marcou presença.

Era o prelúdio do que seria, da parte da tarde, a Festa da Solidariedade, que registou grande adesão das instituições locais, do distrito e do país e, muito significativa, igualmente da população de Vila Real.

Como fora habitual nas 12 edições anteriores, a Festa da Solidariedade fez-se de espírito positivo e grande esperança no futuro, de muita música, dança e canções, num ambiente de comunhão e imensa alegria.

Depois de no ano passado Setúbal ter acolhido a iniciativa da CNIS nascida em 2007, e que acabou por sofrer com a esquizofrenia climatérica, em Vila Real, após a ameaça de mau tempo trazida pela depressão Miguel, os astros conjugaram-se e o Rei brilhou intensamente, aquecendo a festa que esteve sempre bastante animada e participada.

Com a Árvore da Solidariedade em lugar central no palco recheada de «pequenas chamas da solidárias», ao início da tarde teve início a celebração da solidariedade com a chegada ao local da Chama, escoltada pelos bombeiros e por gente solidária de várias IPSS da cidade.

Entregue o facho solidário ao presidente da UDIPSS Vila Real, Borges Machado, ao presidente da CNIS, padre Lino Maia, este endossou-o ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que, então, acendeu a pira solidária, que sempre ilumina as festas da solidariedade.

É o momento mais simbólico e emotivo da Festa da Solidariedade, pela afirmação dos valores e missão das diferentes IPSS espalhadas pelo país.

No momento mais institucional da Festa, já no final da sua intervenção, o padre Lino Maia fez o anúncio de onde será a Festa da Solidariedade 2020 e fê-lo desafiando os presentes e,



especificamente, o ministro Vieira da Silva.

“Quero deixar a todos um desafio: hoje estamos em festa aqui, amanhã continuaremos todos a trabalhar para que não falte nada a ninguém e todos sejam mais felizes e para o ano vamos continuar a nossa festa, provavelmente, nos Açores, porque é importante que a solidariedade e a Chama a todos irmane, desde a aldeia mais recôndita do distrito de Bragança à mais ocidental da Ilha das Flores, nos Açores”.

A concretizar-se, a Chama da Solidariedade percorrerá finalmente todo o território nacional.

Por seu turno o ministro Vieira da Silva lembrou que “a Chama da Solidariedade não está apenas acesa nestes dias simbólicos que a CNIS resolveu instituir desde 2007”, sublinhando: “A Chama da Solidariedade é algo que alimenta e dá razão de ser e estímulo e esperança ao trabalho de milhares e milhares de portuguesas e portugueses que se dedicam, muitas vezes de forma graciosa, a este esforço de construir um país mais coeso e mais solidário”.

Depois, o governante deixou um elogio à CNIS,

na pessoa do seu presidente, pelo esforço de levar a solidariedade a todo o lado.

“O percurso que a Chama fez, não só nestes dias pelo distrito de Vila Real, mas que fez ao longo destes 11 anos, é um percurso que não devemos ignorar e muito menos minimizar. Tenho tido a felicidade de participar em várias destas Festas e felicito de forma muito sincera o padre Lino Maia pelo facto de ele sempre escolher uma visão de solidariedade entre todo o nosso país. Esta Chama já esteve na Madeira, em distritos mais do interior, já passou por Lisboa, pelo Alentejo e isto é também um sinal que a necessidade e o valor da solidariedade é algo que não tem território, que é de todos nós e que se expressa em cada canto do nosso país e em cada instituição de solidariedade, seja um pequeno centro social seja um grande instituição com centenas de utentes. Somos todos parte de uma mesma união, do mesmo compromisso e de uma mesma vontade”, afirmou, enaltecendo a presença de muita juventude, sinal de que “a solidariedade tem de ser, antes de mais, uma solidariedade entre gerações”.





E dirigindo-se aos mais novos, Vieira da Silva defendeu: “É bom que todos possamos perceber desde cedo que a sociedade somos nós todos e que os verdadeiros heróis e estrelas da nossa sociedade são aqueles que empregam o seu tempo ao serviço do bem comum. E muitos deles estão aqui hoje a representar o valor desta Chama”.

Apesar do momento ser de festa, o ministro não passou ao lado da situação difícil que muitas IPSS vivem no presente.

“Sabemos que há instituições que enfrentam dificuldades, que o futuro coloca interrogações, mas estamos e continuaremos a trabalhar para reforçar as condições de sustentabilidade, para criar instrumentos de apoio, ferramentas de apoio às instituições que mais problemas defrontam. No entanto, tudo isso seria pouco se não pudéssemos contar com a vossa disponibilidade, com o vosso compromisso, com a vossa decisão de ser colocarem ao serviço de uma sociedade mais justa e de um país mais feliz e mais próspero”, finalizou.

Antes o padre Lino Maia deixou uma palavra de agradecimento à UDIPSS Vila Real, “porque soube dignificar a solidariedade com os dias muito bonitos que promoveu e organizou”, aos autarcas, que “com os dirigentes das IPSS sentem como importante a sorte das pessoas”, aos dirigentes e colaboradores da CNIS e, por fim, ao ministro Vieira da Silva, que “conhece muito bem este sector, é alguém que pugna pela dignificação e valorização deste sector e que compreende como são importantes as IPSS e que são elas quem melhor, de facto, podem valorizar a obrigação do Estado na proteção social”.

Por fim, o presidente da CNIS lembrou que “as instituições de solidariedade existem porque há pessoas que se interessam por outras pessoas e querem que todos e cada um sejam felizes”.

Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, considerou a edição 2019 da Festa e da Chama da Solidariedade “mais um sucesso... já era esperado”.

Para o dirigente da CNIS, “Numa região solidária como é Trás-os-Montes, em concreto o distrito de Vila Real, estávamos convencidíssimos

que esta 13ª Festa da Solidariedade iria ser um sucesso e foi”.

Borges Machado, presidente da UDIPSS Vila Real, afinou pelo mesmo diapasão e fez um “balanço muito positivo”, mas serão, agora, “as populações e as IPSS que acompanharam o percurso da Chama a dizê-lo”.

Apesar de ter ficado um pouco surpreendido com a adesão em torno dos valores da Chama da Solidariedade, Borges Machado considera que a iniciativa “engrandeceu a palavra solidariedade” pela enorme participação das comunidades dos diferentes concelhos por onde o lume solidário passou.

O dia da solidariedade promovido pela CNIS em Vila Real começou com uma jornada de trabalho em torno do tema «Garantir os Valores com Sustentabilidade Financeira – Desafio para as Instituições».

Nos claustros do edifício do antigo Governo Civil decorreu um muito participado seminário que contou com a moderação do padre José Baptista, vogal da Direção da CNIS, e com intervenções de Henrique Rodrigues, assessor jurídico da CNIS, José Manuel Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Valongo, Marco António Costa, ex-secretário de Estado da Segurança Social, e Nuno Mota Pinto, vogal da Comissão Executiva da Caixa Económica Montepio Geral.

De uma forma geral todos os participantes evidenciaram o papel essencial que as IPSS desempenham no país, sublinhando a importância da sua ação na coesão social e territorial e na amenização das dificuldades daqueles que mais precisam e nada têm.

Entre as muitas questões abordadas pelos diferentes intervenientes, que direta ou indiretamente, interferem com a sustentabilidade das instituições, o destaque acabou por cair nas relações do Estado com o Sector Social Solidário.

E se a lei assegura a liberdade e a autonomia das instituições e a Cooperação consiste numa relação de parceria e lealdade estabelecida com o objetivo de desenvolver um modelo de contratuatização assente na partilha de objetivos e interesses

comuns, bem como de repartição de obrigações e responsabilidades, a verdade é que este relacionamento nem sempre segue estes trâmites.

Daí, Henrique Rodrigues voltar a falar da necessidade de ser criada uma entidade reguladora destas relações de parceria.

O assessor da CNIS foi acompanhado nesta ideia pelo ex-secretário de Estado da Segurança Social que defendeu a criação desta entidade, “porque as IPSS precisam de um quadro de estabilidade, de rigor e de transparência nas relações com o Estado”.

Nesse sentido, “para se salvaguardar esse quadro de rigor e transparência torna-se indispensável fazer aquilo que se fez noutros sectores de atividade, nomeadamente nos sectores da economia pública e da economia privada, criando uma entidade reguladora do sector social” e que “teria por missão fiscalizar a prestação de serviços por parte das IPSS, mas, mais do que isso, teria por missão garantir uma regulação das relações entre o Estado e as instituições, garantindo também que o Estado cumpria com os mínimos indispensáveis de financiamento às IPSS para que estas pudessem garantir a qualidade que o Estado lhes exige”.

Para Marco António Costa, “o Estado não pode exigir e depois colocar-se na posição de fiscalizador sem atribuir os recursos indispensáveis para que seja possível às IPSS desempenhar as suas missões, pelo que sugeriu que essa entidade reguladora do sector social ficasse na dependência da Assembleia da República, pois só assim “as relações entre o Estado e as IPSS não estejam sujeitas às vontades dos políticos, à maior ou menor simpatia dos políticos pelo sector social e que haja uma relação regulada de acordo com a lei e assente em princípios de transparência e justiça e com previsibilidade”.

O padre Lino Maia, no Editorial (página 3), e Henrique Rodrigues, na Crónica (página 15) abordam ainda as temáticas debatidas no seminário de Vila Real.





JOSÉ A. DA SILVA PENEDA  
Economista



# A Europa fabrica mais caixões do que berços

A Europa apresenta a maior perda de população da história moderna. A Alemanha já tem a menor taxa de natalidade do mundo. Nas últimas seis décadas, a população da Ásia triplicou. Até 2050, a população africana mais do que duplicará; na América Latina esse aumento será de 25%; no Norte de África de 59%; e, na Índia de 25%. Em 1950, a população da Europa era tripla da África Subsaariana mas, em 2100, os africanos dessa região serão cinco vezes mais que os europeus.

No final do presente século, a União Europeia apenas representará 4% da população mundial e com um enorme declínio da população ativa. Na União Europeia, por cada pessoa com mais de 65 anos há 3,8 jovens. Em 2060 para cada pessoa com mais de 65 anos existirá apenas 1,8 jovens, ou seja, menos de metade! Até 2050 a União Europeia irá perder 50 milhões de habitantes em idade ativa.

Numa só geração a Europa ficará irreconhecível

e caminha para o que alguém já designou de suicídio demográfico. E a palavra suicídio parece adequada porque, na Europa, também alguém já o disse, fabricam-se mais caixões do que berços. Há quem compare esta situação demográfica com a vivida durante a Peste Negra do século XIV.

Esta evolução tem consequências, desde logo no domínio económico. O decréscimo da força de trabalho representará uma diminuição do potencial de crescimento económico da Europa, ao mesmo tempo que aumentará a despesa com pensões, saúde e cuidados continuados.

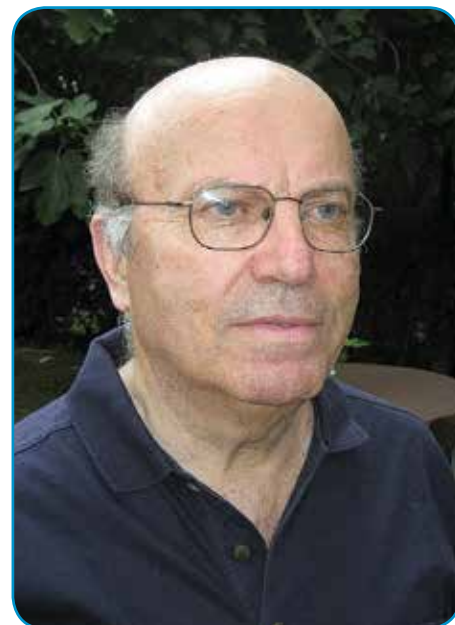
A evolução demográfica na Europa vai também criar tensões entre Estados Membros. A Alemanha irá perder mais de 10 milhões de habitantes em idade ativa. Por isso, terá de procurar a mão-de-obra que necessita noutros países e na primeira opção estará naturalmente o nosso País. As consequências serão dramáticas, porque é sabido que, sendo a

emigração um fenómeno seletivo, são sempre os mais capazes e dinâmicos os primeiros a partir, depauperando as regiões de origem do seu recurso mais precioso.

A Europa precisa de uma política europeia de migrações. A Europa precisa ainda de integrar melhor os estrangeiros que já estão na Europa e perceber o papel da escola na integração, porque é na escola que se faz a mistura que cria a tolerância.

*Nota: Este texto foi extraído da Conferência que o autor proferiu em Macau, em 14 de Maio, por ocasião do XII Congresso Internacional das Misericórdias.*

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA  
[ajsilva@sapo.pt](mailto:ajsilva@sapo.pt)



# Índia: as preocupações de cristãos e muçulmanos

Durante muitos anos, o nacionalismo foi entendido como uma das manifestações da afirmação de qualquer povo no mundo. Embora não se trate de conceitos totalmente idênticos, a verdade é que, sem essa afirmação, seria difícil chegar à descoberta de uma pátria e, muito menos ainda, à reivindicação de um estado. Certamente por isso, o nacionalismo foi visto, quase sempre, como um conceito respeitável e até louvável, a não ser quando assumia expressões claras de radicalismo ou violência. Em contrapartida, nos tempos que correm, o ideal nacionalista passou, a ser visto com desconfiança, senão mesmo com temor.

A preocupação com o regresso do nacionalismo ao mapa das grandes questões da actualidade internacional tornou-se mais visível no Ocidente, e particularmente na Europa, área do mundo que nos toca mais de perto e onde são mais visíveis os sinais desse regresso. As últimas eleições europeias vieram confirmar a justeza dessa preocupação, mesmo que os seus resultados, se exceptuarmos a França, a Itália e a Hungria, não tenham sido tão negativos para os europeístas, como se chegou a temer. Mesmo assim, foram resultados

suficientemente relevantes para se poder dizer que o nacionalismo de carácter populista é hoje suficientemente forte para desafiar qualquer projecto de construção europeu.

Importa lembrar, no entanto, que os problemas levantados pelo ressurgimento do nacionalismo estão longe de se confinar à Europa. Uns dias antes do sufrágio europeu, tiveram lugar na Índia eleições legislativas, e os seus resultados traduziram-se numa estrondosa vitória do partido nacionalista hindu, que já vencera em 2014 e que, por isso, vinha liderando, desde então, o governo de Nova Deli. O resultado desta última consulta popular foi verdadeiramente histórico por se ter traduzido numa derrota ainda mais pesada para o partido do Congresso que, desde a independência do país em 1947, vinha dominando a vida política da Índia.

Apesar de todos os problemas que se colocam ao governo de um país multiétnico com mais de três milhões de quilómetros quadrados de superfície e mais de mil milhões de habitantes, os governos oriundos do partido fundador do estado indiano, e agora derrotado, conseguiram fazer da República da Índia, não obstante o seu nível de

pobreza, a sétima potência económica do mundo. O mais importante a assinalar nesta altura é, no entanto, assinalar que esses governos conseguiram manter, ao longo do tempo, uma fidelidade notável a um sistema democrático que garantiu sempre o respeito pelo pluralismo político e religioso do seu povo. Só que, e infelizmente, o claro triunfo de um partido nacionalista, de fundação religiosa, que faz do hinduísmo a marca identitária do país levanta muitas dúvidas acerca da continuidade desse pluralismo. Muçulmanos e cristãos, por isso têm fortes motivos de preocupação.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

# A sustentabilidade das IPSS

**1** - A CNIS organizou, no âmbito da Festa da Solidariedade, em Vila Real, em 7 de Junho, um seminário sob o tema “Garantir os Valores com Sustentabilidade Financeira – Um Desafio para as Instituições.”

Retomo nesta crónica alguns dos tópicos que constituíram o essencial da minha participação nesse seminário.

Não se trata de uma opção entre os valores e a sustentabilidade.

Os valores que constituem o sopro vital das Instituições de Solidariedade não são negociáveis nem ornamentais: eles são verdadeiramente a sua alma.

De forma que o desenvolvimento do tema “Garantir os Valores com Sustentabilidade Financeira” não pode ser senão uma reflexão sobre a sustentabilidade ou a falta dela.

Os valores não se discutem.

Nos debates sobre questões da política geral, costumo partir sempre do princípio – e o princípio é a Constituição da República.

Ora, os deputados constituintes prescreveram, no artº 63º, que o Sistema de Segurança Social de provisão pública, universal, unificado e descentralizado, teria a participação das Instituições Particulares de Solidariedade Social, designadamente no que respeita às matérias objecto dos artsº 63º (Segurança Social), 67º, 2., b) (Criação de uma rede nacional de creches e outros equipamentos de apoio à família, bem como uma política de terceira idade), 69º (Infância, designadamente na protecção e promoção dos direitos dos menores), 70º, 1 (direitos económicos, sociais e culturais dos jovens, designadamente no aproveitamento dos tempos livres), 71º (deficiência) e 72º (Terceira Idade).

Por sua vez, a 4ª Revisão Constitucional, de 1997, passou a incluir a exigência do apoio do Estado ao desenvolvimento pelas IPSS do referido encargo constitucional nesses domínios.

Estamos, pois, no domínio da provisão de bens públicos, integradores da natureza do Estado Social que é o nosso, em cuja distribuição as Instituições de Solidariedade Social participam por atribuição constitucional, para o que são credoras do apoio do Estado – em condições de sustentabilidade, única forma de cumprir, materialmente, a Constituição.

**2** – Acompanhamento de perto o trabalho desenvolvido pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social desde 1980, o que me tem permitido um olhar diacrónico e próximo sobre esta singular especificidade portuguesa: a participação, muito significativa, quer do ponto de vista qualitativo, quer quantitativo, de entidades de direito privado, mas de fim ideal ou altruístico, na provisão de prestações de natureza pública, como sejam as prestações de acção social, ou de protecção social, aos cidadãos.

Tal privilégio permite-me, creio-o, a possibilidade de identificar ou acompanhar as principais tendências que têm definido o modo como essa actividade é olhada, por fora e por dentro; e, nesse contexto, aquela que tem sido a forma como o Estado encaixa, no cumprimento dos seus deveres prestacionais aos cidadãos, ora como quem assimila, ora como quem rejeita, esta espécie de corpo estranho, cujo caldo cultural é a mor das vezes de uma escala completamente distinta dos rituais e procedimentos públicos “stricto sensu”.

Como diz o povo, “muito sabe o diabo, não por ser sábio, mas por ser velho ...”

Há pouco tempo, naquelas arrumações de caves e sótãos onde fica arquivada por gerações uma parte das memórias do que foi a nossa vida (lembram-se da

Toada de Portalegre, do José Régio, “da casa em que morei velha/Cheia dos maus e bons cheiros/Das casas que têm história,/Cheia da ténue, mas viva, obsidiante memória/De antigas gentes e traças,/Cheia de sol nas vidraças/E de escuro nos recantos,/Cheia de medo e sossego,/De silêncios e de espantos,”) pois há pouco tempo, “que havia o vento suão/ de /fazer senão trazer”-me ... “um curioso papel, que jazia à espera do pó dos séculos ou de umas partilhas que o destinassem à venda do papel ao quilo?

Trata-se de um documento elaborado sob os auspícios da prestigiada Direcção-Geral da Acção Social – antecessora da actual Direcção-Geral da Segurança Social, departamento central do MTSSS –, em Abril de 1995.

Tal documento apresenta uma relação dos chamados custos referenciais /tendências das diversas respostas sociais, à época, com indicação paralela dos valores de comparticipação da Segurança Social, por acordos de cooperação.

A informação que dele consta, produzida por um departamento governamental, contém alguns dados que são muito relevantes para a perspectiva de sustentabilidade financeira que hoje somos chamados a tratar.

Comparando os valores dos custos em 1995, bem como a percentagem de comparticipação da Segurança Social nesses custos, nesse mesmo ano, com os custos e percentagens de comparticipação de hoje, compreendemos facilmente porque é que a questão da sustentabilidade assumiu a urgência que tem hoje.

Alguns exemplos comparativos:

ATL com almoço – percentagem de comparticipação em 1995: 40%; em 2018, 34%

ATL sem almoço – percentagem de comparticipação em 1995: 72%; em 2018, 34%

Lar de crianças e jovens – percentagem de comparticipação em 1995: 63%; em 2018, 49%.

Lar de idosos – percentagem de comparticipação em 1995: 53%; em 2018, 36,5%

Centro de Dia – percentagem de comparticipação em 1995: 48%; em 2018, 25%.

Centro de Convívio – percentagem de comparticipação em 1995: 71%; em 2018, 44%.

SAD – percentagem de comparticipação em 1995: 70%; em 2018, 57%.

**3** – Poderão os mais cépticos aduzir que os valores dos custos actuais, que serviram de base à comparação, são dados próprios da CNIS, e que haverá que testá-los.

Mas importa não esquecer que, no que respeita ao lar de idosos, o valor considerado como custo actual foi o que consta da Adenda ao Compromisso de Cooperação para 2018 – isto é, trata-se de valor definido pelo Estado.

Ainda a propósito deste indicador, relativo ao lar de idosos, ele permite outra inferência relevante: permite concluir que o custo então definido pela Direcção-Geral da Segurança Social em 1995 (67.873\$00 = 340,00 euros), actualizado com o índice de preços ao consumidor, entre 1995 e 2018, passa para 543,00 euros.

Seria este o valor a preços constantes.

Ora, o custo em lar de idosos, em 2018, de acordo com o valor de referência, é de 1025,71 euros – quase o dobro do custo actualizado de 1995.

É legítimo extrair desta combinação de factos comprovados duas constatações:

Em 1º lugar, como as IPSS vêm sustentado há muito, pode dizer-se que a inflação relativa às despesas das Instituições tem sido muito superior à inflação



oficial no nosso País.

Esta divergência é mais óbvia no que diz respeito às despesas com pessoal, designadamente por via dos aumentos do salário mínimo nacional, que tem crescido, nos últimos anos, a uma taxa anual de cerca de 5%.

Em contraponto, as actualizações salariais negociadas em sede de contratação colectiva têm sido efectuadas, em média, abaixo da inflação.

O agravamento da despesa é causado, assim, por iniciativa do Governo – não por actuação das Instituições.

Mas também as despesas com energia, combustíveis, água e comunicações têm crescido a um ritmo superior à inflação.

Em 2º lugar, há que reconhecer que as exigências regulamentares, burocráticas, administrativas, cuja teia cresce diariamente, tem tido um efeito porventura ainda mais extenso nesse crescimento dos custos por utente.

HCCP, Segurança contra Incêndios, Certificação das redes de gás e eléctrica, desinfestações e desratizações periódicas, projectos de engenharia e arquitectura para licenciamento tardio de equipamentos, pagamento de taxas e licenças municipais, certificados de registo criminal, para trabalhadores e dirigentes, Registo de beneficiário efectivo, Contabilidade para o Sector não lucrativo, obrigatoriedade de contratação de revisor oficial de contas ... são apenas algumas das novidades, de 1995 para cá, que, sem prejuízo das inegáveis virtualidades em matéria de protecção dos direitos dos utentes, ou do reforço da transparência, constituem objectivamente uma panóplia de factores de agravamento da despesa de gestão de uma Instituição.

O mesmo se poderia referir em relação a outras respostas sociais – mas o ERPI tem a singularidade de poder alicerçar todos estes raciocínios em dados fornecidos pela Administração Pública.

**4** – É curioso notar que o estado da cooperação em 1995 é, no essencial, o que foi deixado pelo meu vizinho do lado nestas crónicas, o Dr. Silva Peneda, que foi Ministro de 1987 a 1993.

Bem sei que se pode igualmente trazer ao debate o grande crescimento da despesa social durante este período, decorrente da celebração de novos acordos de cooperação e de diferentes programas de construção de equipamentos sociais.

Ouvimos, frequentemente, a referência aos 1.400 milhões de euros anuais para a política de cooperação.

Mas tanto é verdadeira uma coisa como a outra: quer a despesa global, quer a menor comparticipação financeira da Segurança Social por utente e por mês em relação ao custo efectivo.

Como escrevia D. António Ferreira Gomes, nas Cartas ao Papa, “quando a saúde não é boa, cada um é que sabe onde lhe dói.”



CENTRO PAROQUIAL DE PADERNE, ALBUFEIRA

# Os idosos com demências são as novas crianças que temos que ajudar a andar

Fica situado no chamado Barrocal, região algarvia que situada entre o litoral e a serra, e trabalha, também por isso, com uma comunidade muito particular. Falamos do Centro Paroquial de Paderne, concelho de Albufeira, tão conhecido pelas praias e, especialmente, apreciada pelos ingleses. Mas a realidade da instituição não mete turistas, mas sim comunidades com necessidades muito específicas.

Perante as necessidades da comunidade de Paderne, em 1996 o pároco César Chantre avança para a criação da IPSS.

“No início, o Centro Paroquial arrancou só com a creche, que funcionava nas atuais instalações da banda de Paderne. Ao construir-se este Centro Comunitário é que surgiram as outras respostas”, conta o padre Pedro Manuel, presidente da instituição, lembrando que, “desde o início do projeto do Centro, há a vontade do povo de Paderne em ter resposta para a primeira infância e para a última infância. No sonho disto tudo que hoje temos essa perspetiva já está presente”.

Na vida de mais de duas décadas da instituição o crescimento e a abrangência da resposta têm sido progressivos, marcados por três momentos especiais: a criação do Centro Paroquial de Paderne (1996), a inauguração, em 2003, do Centro Comunitário de Paderne e a abertura da Creche S. José, em Ferreiras, e a gestão do Centro Social da Quinta da Palmeira (2008).

Depois da criação do Centro, segundo o padre Pedro Manuel, a necessidade que houve de ir às necessidades das populações e que levaram ao crescimento da instituição teve situações diversas.

“O ir ao encontro às necessidades da comunidade, estabelecido que estava o Centro Paroquial, aconteceu, sobretudo, no equipamento em Ferreiras, que é uma zona periférica de Albufeira, onde muitas famílias jovens escolhem viver e acabou por ser quase uma consequência do que se estava a experimentar em Paderne. Tinha-se criado a igreja, havia sido fundada, recentemente, a freguesia e, no ano 2000, a paróquia e no contexto da construção da igreja, então, construiu-se também a creche, tendo em conta esta visão demográfica, face ao aumento da população em Ferreiras e a proximidade com Albufeira”, explica o presidente da instituição, acrescentando: “Já o caso da Quinta da Palmeira, que é posterior, não surgiu de uma necessidade sentida pelo Centro Paroquial de Paderne, mas foi do reconhecimento da autarquia da necessidade de criar em Albufeira uma estrutura que pudesse ajudar crianças e idosos e de entregar esse equipamento a uma das instituições que no contexto do concelho já tinha manifestado a qualidade dos seus serviços. É assim que o Centro Paroquial de Paderne entra em ação”.



O padre Pedro Manuel aproveita a ocasião para frisar que o aceitar da gestão do Centro Social da Quinta da Palmeira “é também um reconhecimento da instituição à Câmara” e explica: “Em 1996, havia a vontade do povo padernense, do padre César Chantre, que era o pároco, e há um apoio muito generoso da Segurança Social e da Câmara Municipal de Albufeira. Se não houvesse a comunhão destas quatro vontades ou se fossem só as vontades do povo e do pároco padrenenses não teria sido possível fazer esta obra. E, já agora, fazer a justa e agradável memória ao doador do terreno, o que foi muito importante”.

Nascido no coração da freguesia de Paderne, o Centro Paroquial tem três equipamentos sob sua gestão, todos no concelho de Albufeira, mas em diferentes freguesias.

Assim, o Centro Comunitário de Paderne, para além da sede, acolhe 62 crianças em creche e 39 utentes na Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), apoiando ainda 10 idosos em Centro de Dia e 30 em Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

A Creche S. José, em Ferreiras, é frequentada por 35 petizes, enquanto o Centro Social da Quinta da Palmeira acolhe 69 bebés em creche e

19 seniores em ERPI.

Para todas estas respostas a instituição tem um corpo de 100 funcionários.

Para além destas valências, o Centro Paroquial de Paderne apoia ainda 60 famílias no âmbito do Banco Alimentar Contra a Fome e do antigo FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas).

A este propósito, o presidente da instituição, que é também o pároco local, reconhecendo que há miséria em Paderne, afirma que “muitas vezes é uma miséria envergonhada, disfarçada por detrás de um saco de comida que se vai buscar a algum sítio”.

Frontal, o padre Pedro Manuel deixa um alerta.

“Costumo dizer que dar um saco de comida a alguém é a caridade mais fácil de fazer, porque não nos compromete, vamos todos contentes para casa e já achámos que fizemos muito. É muito mais difícil ajudar as pessoas a saírem do estado em que estão. Até nisso, e sem grandes floreios, acho que o Centro Paroquial tem tido um papel importante, sobretudo, na oferta de emprego a pessoas que estão em situação de risco aqui no nosso contexto”.



Para o líder da instituição, o facto de haver 60 famílias a serem apoiadas no âmbito do BA e do FEAC é significativo numa aldeia como esta e sintomático de alguma coisa”.

Analisando socioeconomicamente as comunidades que a instituição serve, o padre Pedro Manuel é direto: “Isto é um centro social, logo a nossa primeira resposta tem que ser social”.

E acrescenta: “Estou a pensar nas valências que temos e um dos critérios que usamos é, precisamente, o da necessidade. Cerca de 86% da população consegue, mais ou menos, contribuir com alguma coisa para a sustentabilidade da sua presença na instituição. E seria impossível se não tivéssemos, depois, comparticipação da Segurança Social e os apoios da autarquia. Porém, creio que a grande tendência, não só aqui, mas também nas instituições congêneres, é para uma descida de meios, tendo em conta que, cada vez mais, um conjunto maior de utentes não pode contribuir e fazer expensas aos gastos inerentes”.

E apesar de a instituição laborar em três comunidades diferentes, o seu presidente não encontra diferenças substanciais entre a capacidade financeira das três comunidades.

“Do ponto de vista das creches pode haver alguma diferença entre o barrocal e o litoral, mas não é uma diferença relevante. É óbvio que haverá agregados familiares que no barrocal têm dificuldades, tal como há no litoral. Acontece, porém, que em Paderne e em Ferreiras não existem grandes alternativas a esta prestação de serviços, já em Albufeira existem. Contudo, não creio que exista uma disparidade socioeconómica que seja relevante na economia da instituição. E o mesmo digo relativamente à ERPI, pois, tanto Albufeira como em Paderne, creio que são igualmente sustentáveis, do ponto de vista da capacidade que a comunidade tem para pagar os seus serviços. Poderíamos notar alguma diferença, mas não temos termo de comparação era no SAD, uma vez que é um serviço que só temos aqui em Paderne”.

Sinais dos tempos e uma realidade cada vez mais presente em todas as IPSS que têm respostas na área dos idosos são as demências e as grandes dependências.

“Bem, estou aqui há quatro e quando cheguei encontrava um grau de dependência e de velhice maior aqui em Paderne, mas também tem mais utentes, do que no lar de Albufeira. Passado este tempo, não noto grandes diferenças nas dependências entre os utentes dos dois lares. Noto é duas comunidades muito dependentes. Felizmente, vive-se mais, com qualidade de vida até ao fim, mas no que diz respeito a doenças do foro psiquiátrico é uma realidade que está a acentuar-se cada vez mais. Nós estamos a caminhar de forma galopante para cada vez mais termos pessoas dependentes, principalmente do foro mental”, argumenta o padre Pedro Manuel, sustentando: “Estas são as novas crianças que temos de ajudar a andar e, principalmente, de ajudar a que não fujam de casa, a que não saiam do nosso horizonte visual”.

Se a comunidade de Paderne foi um elemento preponderante no nascimento da instituição e a relação continua a ser boa, o Centro gostaria que a população estivesse mais presente na sua vida.

“A instituição é aberta às famílias e à comunidade e até gostaríamos que a comunidade fosse mais presente. No entanto, ter um universo de 60 crianças numa freguesia como Paderne é um



sinal de esperança, porque estamos a falar de um barrocal despovoado, e isto apesar de nem todas as crianças serem daqui, mas vêm para cá todos os dias. Isto enche-me de muito orgulho institucional, porque esta possibilidade de as pessoas contactarem com a nossa casa, onde é possível conviverem a beleza dos primeiros passos e a dureza dos últimos passos, é a melhor abertura à comunidade. E quando digo que gostava que a comunidade fosse mais presente é no sentido de que gostava que sentisse ainda mais que esta casa não é a casa da comunidade para o amanhã em que eu deixe de andar, mas a casa da comunidade para hoje. Isto porque quando olho para cada uma destas crianças penso no amanhã delas, mas penso no meu ontem. Porém, no caso dos idosos, penso no meu amanhã ou no dos meus mais ou revejo o atual amanhã da minha avó. E, às vezes, socialmente isto não é bonito de encaixar, até porque a sociedade em geral tem dificuldade em contactar com a limitação física”.

E porque se fala de futuro, em termos de

projetos é “manter o que está e aumentar a qualidade do que temos, pois, para já, não há projetos de outra ordem”, frisa o presidente da instituição.

Vontade e sonhos há, mas...

“Há a possibilidade de aumentar a creche de Ferreiras, que implicaria o alargamento do equipamento e necessita de outras coisas, como, da parte dos nossos parceiros Segurança Social e Câmara Municipal, o interesse e a comparticipação financeira, mas, neste momento, está tudo parado”, revela o padre Pedro Manuel, acrescentando: “Se houvesse condições financeiras para avançar, aqui em Paderne a aposta teria que ser na terceira idade, mas em Ferreiras já seria na infância”.

Entre a praia e a serra, o Centro Paroquial de Paderne as crianças agora nascidas, mas também as «novas crianças» nascidas no século passado, dedicando a todas “o amor necessário a que se sintam felizes”.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**



# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



|            |             |                             |                         |                                       |
|------------|-------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE                    | STRONG CHARON TAMPER    | UPK CLIMAMOR                          |
| B2B        | CERGER      | FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE | IBERLIM                 | PAPIRO VALDOC                         |
| VIVAMAI    | SERDIAL     | BIOSOG                      | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

**STRONG CHARON**  
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

[www.trivalor.pt](http://www.trivalor.pt)

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA  
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08  
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88  
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

**CONTACTE-NOS**



**TRIVALOR**



## COMISSÃO EUROPEIA RECOMENDA A PORTUGAL

# É preciso melhorar condições do mercado de trabalho

A Comissão Europeia formulou diversas recomendações a Portugal com vista a melhorar as condições do mercado de trabalho, que na sua opinião continua muito segmentado e com carência de trabalhadores mais qualificados.

Nas recomendações específicas por país, divulgadas no quadro do semestre europeu de coordenação de políticas económicas, o executivo comunitário exorta Portugal a “adotar medidas para fazer face à segmentação do mercado de trabalho” e a melhorar “o nível de competências da população, em especial a sua literacia digital, tornando nomeadamente a educação dos adultos mais adequada às necessidades do mercado de trabalho”.

Para Bruxelas, é também fundamental “aumentar o número de licenciados do ensino superior, em especial no domínio das ciências e das tecnologias da informação”, assim como “melhorar a eficácia e a adequação da rede de proteção social”.

Na sua apreciação à situação em Portugal, a Comissão Europeia sublinha que, “apesar de se estarem a aplicar algumas medidas destinadas a reduzir a segmentação do mercado de trabalho, como o reforço da Inspeção do Trabalho e o lançamento do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública,

a proporção de trabalhadores temporários em Portugal é ainda superior à média da UE”.

“As medidas mais específicas acordadas entre o Governo e os representantes das entidades patronais e dos trabalhadores, destinadas a reduzir numa maior medida a segmentação do mercado de trabalho e a precariedade e a promover a negociação coletiva, devem ainda ser adotadas pelo parlamento e traduzir-se em legislação concreta”, aponta o executivo comunitário.

Apontando que “a melhoria das condições do mercado de trabalho resultou num menor número de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social”, Bruxelas salienta que, ainda assim, “a desigualdade de rendimentos continua a ser elevada e o impacto das transferências sociais na redução da pobreza é limitado”.

“Embora a desigualdade de rendimentos em Portugal esteja a diminuir, continua a ser significativamente mais elevada do que a média da UE. A adequação do regime de rendimento mínimo é uma das mais baixas da UE, proporcionando um rendimento correspondente a apenas 40% do limiar nacional de pobreza. A reduzida eficácia das transferências sociais, na ausência de uma revisão, poderá vir a ser severamente posta à prova

caso se verifique no futuro um abrandamento económico, com as pessoas mais vulneráveis a serem especialmente afetadas”, alerta Bruxelas.

O executivo comunitário insiste por outro lado que “o baixo nível de qualificações dos trabalhadores constitui um obstáculo ao investimento e ao crescimento da produtividade”, destacando que “cerca de 50% da população com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos tem baixos níveis de escolaridade, um nível muito acima da média da União”, de 22% em 2018.

Segundo a apreciação da Comissão, “as competências digitais constituem um desafio especial, com 50% da população portuguesa a carecer de competências digitais básicas, em comparação com uma média da União de 43%”, pelo que “o investimento na educação e na formação, incluindo as infraestruturas, é fundamental para melhorar a empregabilidade e a mobilidade social”.

Por fim, Bruxelas saúda o facto de estarem a ser aplicadas “medidas para aumentar o número de matrículas no ensino superior, como um aumento significativo das bolsas de estudo, como parte dos esforços que visam aumentar o número de licenciados do ensino superior”, mas defende que é preciso fazer mais.

## SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO



**SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
  - TSR - Utentes
  - TSR - Bancos
  - TSR - Associados
  - TSR - Rendos
  - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS) RECEITAS SEM PAPEL

entre outras

**ASSISTÊNCIA REMOTA**  
Via Internet

**ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA**  
Gratuita

**INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO**  
Nas vossas instalações

**SOFTWARE IPSS**

**SECTOR ECONOMIA SOCIAL**

- + DE 40 APLICAÇÕES**
- + DE 900 CLIENTES**
- 100% CLIENTES SATISFEITOS**
- GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO**

**MORADA**  
Rua dos Cutileiros, 2556 - r/c  
Apartado 1071 EC Lameiras  
4836-908 Guimarães

**TELEFONE** (351) 253 408 326  
**TELEMÓVEL** (351) 939 729 729

ENCONTRE-NOS EM  
**www.tsr.pt**   **tsr@tsr.pt**






## ACORDO PARLAMENTAR

# Vai ser criado o Estatuto do Cuidador Informal

O Bloco de Esquerda, PS e PCP chegaram a acordo para a criação do Estatuto do Cuidador Informal, num texto que prevê a possibilidade de os cuidadores que deixam de trabalhar poderem continuar a ter uma carreira contributiva. No texto acordado entre os três partidos prevê-se que quem recebe o apoio social do cuidador paga menos para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados quando recorre ao descanso do cuidador, uma vez que muda a fórmula de cálculo da comparticipação paga pelas famílias, que atualmente pode ir até aos 30 euros/dia. Outra das novidades relativamente à proposta inicial do Governo, que previa apenas medidas de apoio, sem a criação de um verdadeiro estatuto, é que o descanso do cuidador incluirá a possibilidade de ser feito em casa por via de apoio domiciliário e não só em internamento em instituições. Também a continuidade da carreira contributiva é um aspeto novo. Hoje em dia, quem deixa de trabalhar para cuidar em casa de familiares acaba por ficar sem direito a reforma. O texto prevê que a prova de que se é cuidador informal principal seja feita oficiosamente pelos serviços competentes da segurança social e que o acompanhamento, fiscalização e avaliação do cumprimento das medidas das respetivas áreas de intervenção cabe ao Instituto da Segurança Social e aos serviços de saúde. “Sem prejuízo da intervenção dos serviços da área da saúde e da segurança social, sempre que seja necessária a intervenção específica da competência do município ou de entidades de outros setores, designadamente da justiça, educação, emprego e formação profissional e forças de segurança, é dever dessas entidades a colaboração com o cuidador

informal e com a pessoa cuidada, prestando-lhes toda a informação e apoios adequados”, refere. As introduções acordadas entre os três partidos preveem ainda o desenvolvimento de projetos experimentais “destinados a pessoas que se enquadrem nas condições previstas na Estatuto do Cuidador Informal, de acordo com uma distribuição por todo o território nacional”. Estes projetos piloto terão a duração de um ano e preveem, entre outras matérias, a atribuição aos cuidadores informais principais um subsídio pecuniário. No prazo de dois meses a contar da data da entrada em vigor da lei, terão de ser aprovados por portaria os termos, condições e procedimentos com vista a acompanhar e avaliar os projetos piloto, bem como os territórios a abranger. O Estatuto de Cuidador Informal acordado entre BE, PS e PCP prevê a criação da figura do cuidador informal “principal” e a do “não principal”. O “principal” será “o cônjuge ou unido de facto, parente ou afim até ao 4.º grau da linha reta ou da linha colateral da pessoa cuidada, que acompanha e cuida desta de forma permanente e que com ela vive e comunhão de habitação, não auferindo remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada”. O cuidador “não principal” é o que cuida de forma regular, e não permanente, podendo neste caso auferir ou não remuneração de atividade profissional ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada. Quanto à pessoa cuidada, o estatuto prevê que seja quem necessita de cuidados permanentes por se encontrar numa situação de dependência e seja titular de complemento

de dependência de 2.º grau, de subsídio por assistência a terceira pessoa ou de complemento de dependência de 1.º grau, neste caso mediante avaliação específica dos serviços de verificação e incapacidade da segurança social. Entre os direitos introduzidos com este acordo estão o consentimento da pessoa cuidada e o direito à conciliação com a vida profissional. Em Portugal, existem entre 230 mil a 240 mil pessoas cuidadas em situação de dependência.

## ASSOCIAÇÃO APLAUDE

A Associação Nacional de Cuidadores Informais congratulou-se com a criação do Estatuto porque passa a haver um ponto de partida que pode ser melhorado, salientando que fica aquém das pretensões da associação, nomeadamente em matéria de proteção laboral. “Congratulamo-nos por haver um estatuto, sendo que não são só medidas de apoio avulso”, disse a presidente da Associação Nacional de Cuidadores Informais (ANCI).

Segundo Sofia Figueiredo, este pode não ser o Estatuto ideal, mas é um ponto de partida que pode ser melhorado, ao contrário do que acontecia até agora em que não existia qualquer documento. “Sempre defendemos um estatuto porque com um estatuto há uma base para depois poder continuar a melhorar o mesmo”, apontou.

Ainda assim, admitiu que este estatuto, resultado de um acordo entre Bloco de Esquerda, PS e PCP, fica aquém do que os cuidadores informais pretendiam já que “não está contemplada a proteção laboral”.

“Gostariamos de ter já medidas para os cuidadores não serem obrigados a perder o seu emprego, para promover o bem-estar em casa, no domicílio, para as pessoas não terem de ir para um lar por falta de recursos, de condições, porque nem todas as pessoas se podem desempregar para cuidar dos seus em casa”, apontou.

Defendeu que também seria “muito importante” que tivesse sido possível contabilizar a carreira contributiva dos cuidadores informais para trás, através de um atestado multiusos, sublinhando que essas pessoas perderam o emprego, muitas delas há muitos anos, e que, consequentemente, não têm uma carreira contributiva e estão mais vulneráveis a situações de pobreza.

Elogiou, por outro lado, a forma como o descanso do cuidador foi contemplado no documento, desde logo por prever que esse descanso possa ser feito em casa de modo a que o cuidador não tenha de institucionalizar a pessoa cuidada para descansar, mesmo que por períodos curtos.

“Também achamos importante que a Rede Nacional de Cuidados Continuados cobre um valor mais baixo às pessoas com menos recursos para o descanso do cuidador porque estamos a falar de pessoas que estão empobrecidas”, destacou Sofia Figueiredo.





JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



# O futuro da Internet - Utopia ou Distopia?

Dediquei em tempos uma série de crónicas ao tema das gigantes da tecnologia. Fi-lo porque acredito que as gigantes tecnológicas, e o aproveitamento comercial que fazem das oportunidades criadas com o aparecimento da internet, são a maior ameaça aos regimes de democracia liberal em que nos habituámos a viver e que damos, erradamente, por garantidos para todo o sempre.

Por estes dias ficámos a saber, graças a uma investigação do Parlamento do Reino Unido, que a Facebook assinou contratos com várias empresas pelos quais garantia acesso a dados pessoais dos utilizadores. A investigação também demonstrou que, embora fosse absolutamente claro dentro da companhia que se tratava, no mínimo, de um comportamento de legalidade duvidosa, os gestores de topo, Marck Zuckerberg incluído, validaram as operações.

Não foram mais estas gravíssimas revelações que me levaram a escrever de novo sobre o tema. Volto a ele porque há um par de semanas ocorreu em Lisboa a Web Summit.

Confesso que não dei muita atenção ao evento. Aquilo transformou-se numa festarola vagamente parola, entre a feira de vaidades e o mercado do pechisbeque embora, a acreditar nas notícias, continue a atrair dezenas de milhar de visitantes o que é ótimo para a cidade de Lisboa e para Portugal.

No entanto, houve um momento que manifestamente valeu a pena. Refiro-me à intervenção de Tim Berners-Lee, que muitos consideram o pai da internet.

Sir Tim Berners-Lee não se limitou a “inventar” a internet – ofereceu a tecnologia à humanidade. A internet nasceu como utopia, como um meio de comunicação democrático, não hierárquico e fora do controlo de qualquer autoridade constituída.

Passaram 30 anos e o balanço pode não ser muito bonito.

É verdade que há hoje 2 biliões de web sites no mundo, um site por cada quatro habitantes do planeta.

É verdade que, graças à web, aconteceram coisas fantásticas. Ditaduras e regimes corruptos foram derrubados, muitas histórias de corrupção de poderosos foram denunciadas. São inúmeras as histórias individuais de progresso e salvação que, na ausência da web, talvez não tivessem sido simplesmente possíveis.

Mas há um lado negro.

Atualmente apenas 3 empresas dominam a internet à escala global. A Google concentra 90% das pesquisas online. A Amazon tem mais de

50% dos serviços de cloud sob a sua guarda e a Facebook terá 2,2 biliões de utilizadores sem falar nos 1,5 biliões da WhatsApp que também lhe pertence.

A utilização de algoritmos é perversa. Por exemplo, sabemos que algoritmos de sites de recrutamento estão calibrados para favorecer candidatos masculinos e brancos. Os empréstimos a taxas punitivas são direcionados para pessoas pobres e em stress financeiro, ou seja, provavelmente, sem alternativas.

As redes sociais têm sido sistematicamente utilizadas como instrumento político e constituem o meio privilegiado de disseminação de notícias falsas ou campanhas de difamação sem qualquer controlo e sem qualquer possibilidade de responsabilização dos autores. Como é óbvio, os grandes utilizadores destas potencialidades são os regimes totalitários que o podem fazer dado que não estão sujeitos a escrutínio democrático.

A utopia está em risco de virar distopia.

O que Tim Berners-Lee veio fazer a Lisboa foi propor um novo contrato para a web, salvar a utopia.

Esse contrato tem 3 capítulos: acessibilidade, segurança e neutralidade.

Em relação à acessibilidade, apesar do progresso, muito ainda está por fazer. Em 2005 cerca de 16% da população mundial tinha acesso a web. Hoje somos cerca de 4 biliões, metade da população. A quantidade de informação trocada é estonteante. Por dia passam pela web 2,5 biliões de GB de informação, o equivalente a 1 bilião de filmes.

E, no entanto, ainda há metade da humanidade que está fora da Web. Imaginávamos que, sendo a web uma coisa dos tempos modernos, a discriminação negativa das mulheres seria aqui menor que no passado. Nada mais errado. A probabilidade um homem estar online é 33% superior à das mulheres. Pior, segundo os estudos mais credíveis, na base desta discriminação está o mesmo e maldito fator de sempre – o menor poder económico.

Em matéria de segurança a situação é problemática. Sabemos que os nossos dados pessoais e que a informação que produzimos pode ser utilizada, sem nosso consentimento consciente, para fins comerciais ou, no limite, para atividades ilícitas. Muitas pessoas dão consentimento em aplicativos com linguagem jurídica de difícil compreensão ou até sem sequer ler os termos e condições.

Mas mesmo no melhor dos mundos, em que

todas as empresas respeitassem a confidencialidade dos dados, ninguém pode garantir a segurança porque muitas vezes os sistemas são invadidos por entidades maliciosas. Desde 2004 foram reportados cerca de 300 eventos de invasão significativos. E quantos foram escondidos, por razões reputacionais ou outras? Simplesmente não sabemos!

Não devemos contar excessivamente com as autoridades públicas nesta matéria. O papel da Web Foundation refere que, numa análise a 65 países, concluiu que 1,5 biliões de pessoas vivem em geografias em que nem sequer existe legislação de proteção de dados pessoais.

Finalmente a neutralidade. Hoje a web é essencialmente ocidental e de língua inglesa.

Atualmente mais de metade do milhão de sites mais frequentados é de língua inglesa. No entanto apenas 25% da população do planeta domina a língua inglesa.

Um outro risco relevante é a ausência de neutralidade no tratamento do tráfego e da informação.

A Web Foundation, de que Tim Berners-Lee é Presidente, propõe soluções para todos os capítulos. Trata-se quase sempre de soluções razoáveis que qualquer pessoa de reta intenção não deixaria de subscrever.

O problema é que essas soluções terão de ser implementadas pelos poderes públicos. E, nesse domicílio, o que temos visto não nos deve animar excessivamente.

A Europa, que é de longe o lugar onde apesar de tudo existe maior consciência destes problemas e maior disponibilidade política para os enfrentar, não conseguiu pôr-se de acordo para uma tributação coordenada das gigantes da tecnologia que, em cima dos muito mal que fazem, nem sequer pagam impostos.

Os países nórdicos e a Irlanda opõem-se a um sistema de tributação baseado em algo diferente dos “lucros” gerados no território. Só aceitariam um tal modelo se fosse adotado a nível global (podem esperar sentados). A Alemanha também se pôs de fora temendo que o modelo de tributação proposto pela França espantasse a tecnologia das terras teutónicas. Agora está em cima da mesa uma solução pífia de tributação apenas da publicidade, que pode incomodar um pouco a Google ou a Facebook, mas que deixa a rir a Amazon ou a Apple.

Temo bem que o sonho utópico de Tim Berners-Lee esteja em risco e que não haja políticos com coragem para enfrentar o monstro.



# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

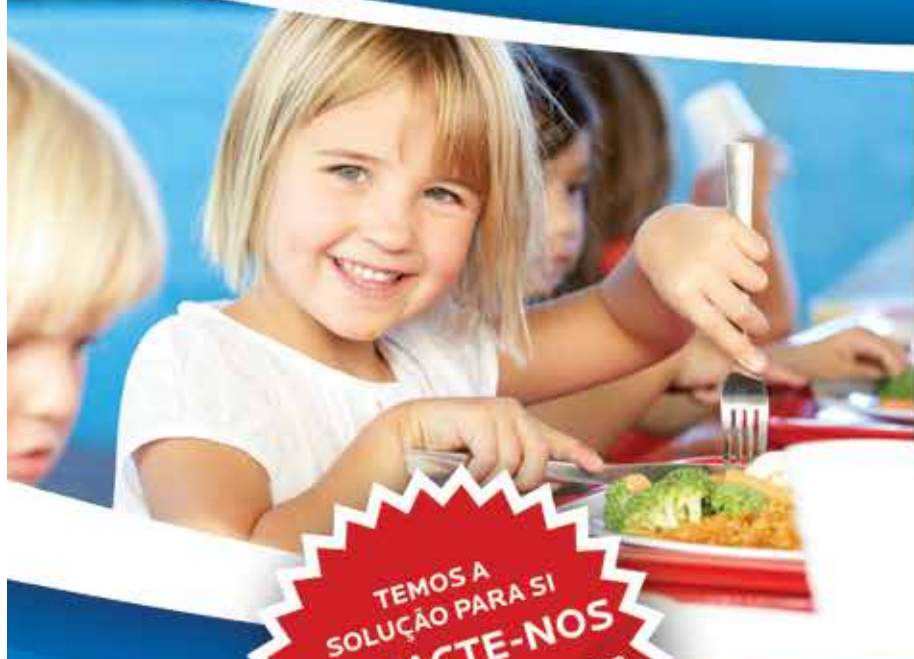
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**



TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
**CONTACTE-NOS**

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502  
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

[www.sogenave.pt](http://www.sogenave.pt)







**Madeira: o mar como horizonte**

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333



## IGUALDADE DE GÉNERO

# Portugal atrasado em relação a outras sociedades

Portugal ainda tem “algum atraso” na forma como trata a igualdade de género, defendeu o ministro do Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em comparação com outras sociedades, que já introduziram um conceito de género mais alargado.

Manuel Heitor falava na sessão de abertura do ‘SAGE Day -- Igualdade de Género no Ensino Superior’, que decorreu no ISCTE -- Instituto Universitário de Lisboa onde foi apresentado um estudo que dá conta da baixa presença das mulheres em lugares de liderança nas universidades e politécnicos portugueses.

“É um tema a que temos que estar muito atentos e temos que garantir uma discussão muito profunda. [...] também na questão crítica de que géneros é que estamos a falar. É um tema que está muito atrasado no debate em Portugal e por isso o apelo que fiz aqui, para que o trabalho próprio de investigação se faça nos termos em que outras sociedades já estão a falar”, disse o ministro.

Numa intervenção na sessão de abertura Manuel Heitor também mencionou que em alguns países a questão do género já tem uma abordagem bastante alargada, o que deixa Portugal atrasado face a outros exemplos onde já se “abriram outras fronteiras”.

Na passagem dos resultados da investigação à sua concretização em ação, o ministro referiu a “questão crítica”, sobretudo no ensino superior, da dualidade entre mérito e igualdade de género, argumentando que a defesa do mérito não pode levar a esquecer a paridade.

Pedro Dominginhos, presidente do politécnico de Setúbal e do conselho coordenador destes institutos, também presente na sessão de abertura, referiu que entre os politécnicos apenas um tem um corpo diretivo exclusivamente masculino, mas defendeu que é preciso promover a igualdade e considerar para discussão medidas como quotas, até porque a desigualdade tem reflexos nas carreiras e nos salários.

Para Manuel Heitor a questão da igualdade no ensino superior “é mais complexa, porque é, sobretudo, confundida com uma diversificação disciplinar”.

“Temos áreas disciplinares, não só em Portugal, particularmente dominadas por mulheres - a área da farmácia é uma - e depois temos outras áreas disciplinares onde só temos homens, nomeadamente na área do digital. Por isso o assunto é bastante mais complexo, porque parte de estigmas criados desde a infância, sobre para onde é que as mulheres e homens vão. Por isso é que é importante haver trabalho de investigação, mas que tenha impacto na ação”, disse.

Apenas 13% das instituições de ensino superior em Portugal são lideradas por mulheres, que continuam a enfrentar barreiras no acesso aos cargos de maior prestígio das universidades e politécnicos, revela um estudo divulgado na semana passada.

Há já alguns anos que as mulheres representam a maioria dos doutorados, mas depois continuam a ter grandes dificuldades em aceder aos cargos de maior prestígio, segundo o estudo que analisou o universo de professores que trabalha nas universidades e institutos politécnicos.

A identificação das disparidades foi feita pelo projeto europeu SAGE - Systemic Action for Gender, financiado pelo programa Horizonte 2020, que contou com a participação do ISCTE -- Instituto Universitário de Lisboa.

O estudo põe a descoberto os obstáculos à ascensão na carreira académica e a dificuldade em serem nomeadas ou eleitas para cargos de liderança na academia. Em Portugal apenas 13% das mulheres foram escolhidas para reitoras ou presidentes de um instituto politécnico.

Nas 15 universidades que integram o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e nas 15 instituições do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), são quase sempre os homens quem decide.

As exceções são o ISCTE-IUL, a Universidade de Évora, a Universidade

Católica e o Instituto Politécnico do Cávado e Ave.

Estas diferenças não encontram reflexo no número de docentes do ensino superior, que é quase paritário entre ambos os sexos: 45% são mulheres e 55% são homens, segundo dados de 2017.

Apesar de o número de docentes no ensino superior português ser quase igual entre ambos os sexos, apenas um em cada quatro professores catedráticos é do sexo feminino.

A prevalência dos homens também é marcante na categoria de professores associados, já que apenas um em cada três é mulher.

As desigualdades não são um problema exclusivo de Portugal. Em toda a Europa há mais mulheres doutoradas do que homens e eles continuam a ocupar a maioria dos lugares de maior estatuto académico.

Depois de identificadas as desigualdades de género nas instituições de ensino superior, o ISCTE elaborou uma ‘Carta de Princípios para a Igualdade no Ensino Superior’, que cobre aspetos que estão ligados às políticas de igualdade no acesso a lugares de decisão.

As oportunidades de progressão e os valores salariais, assim como o défice de conhecimento das desigualdades de género que o ensino superior tende a reproduzir são outros dos pontos focados na Carta de Princípios.

Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

**milplus**

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL